

## **Informações trimestrais**

**Centrais Elétricas do Pará – CELPA**

**31 de março de 2013**

com Relatório dos Auditores Independentes

## **Centrais Elétricas do Pará - CELPA**

Demonstrações Financeiras

31 de março de 2013 e 2012

### Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais.....	4
Demonstração dos Resultados.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto.....	10

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Aos Administradores e Acionistas da  
Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) – “Em Recuperação Judicial”  
Belém - PA

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) – “Em Recuperação Judicial” (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfase**

### ***Recuperação judicial***

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia está em processo de recuperação judicial. Conforme divulgado na nota explicativa 1, em 01 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia que foi elaborado com base nas seguintes premissas: (i) transferência do controle acionário para a Equatorial Energia S.A., (ii) aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700.000 mil por parte do novo controlador, (iii) aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição, (iv) obtenção de parcelamentos para os tributos atualmente em atraso, bem como para os encargos sociais em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, e (v) repactuação de seu endividamento. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações trimestrais da Companhia foram preparadas levando-se em conta que o Plano de Recuperação Judicial será executado com êxito.

### ***Reapresentação dos valores correspondentes***

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pela adoção do CPC 33 (R1) e do registro de complemento do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2012, os valores correspondentes, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstração do valor adicionado***

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

### ***Informações contábeis intermediárias revisadas por outro auditor independente***

A revisão das informações contábeis intermediárias relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparados originalmente antes dos ajustes introduzidos pela adoção do CPC 33 (R1), descritos na nota 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão, datado de 14 de maio de 2012, modificado em decorrência das incertezas acerca da continuidade operacional da Companhia, da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e da falta de documentação suporte para os depósitos judiciais.

Fortaleza (CE), 15 de maio de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6-S-PA



Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-PA

## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Balancos patrimoniais  
Em 31 de março de 2013  
(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/3/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>239.762</b>	68.850
Investimentos de curto prazo	6	<b>204.363</b>	363.039
Contas a receber de clientes	7	<b>443.984</b>	547.969
Impostos e contribuições a recuperar	8	<b>52.306</b>	39.924
Impostos sobre o lucro a recuperar	9	<b>6.570</b>	5.351
Estoques		<b>8.891</b>	8.873
Serviços pedidos		<b>38.479</b>	38.965
Depósitos judiciais	24	<b>75.988</b>	63.734
Aquisição de combustível - conta CCC	11	<b>195.721</b>	153.394
Recuperação de custo de energia e encargos	12	<b>105.014</b>	-
Outros créditos a receber	13	<b>47.450</b>	28.002
		<b>1.418.528</b>	<b>1.318.101</b>
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	<b>24.235</b>	23.429
Impostos e contribuições a recuperar	8	<b>38.326</b>	49.247
Impostos sobre o lucro a recuperar	9	<b>43.623</b>	43.623
Depósitos judiciais	24	<b>31.576</b>	20.612
Ativo financeiro da concessão	16	<b>459.977</b>	428.241
Sub-rogação da CCC	14	<b>212.704</b>	211.699
Outros créditos a receber	13	<b>38.177</b>	38.177
Investimentos	15	<b>7.267</b>	7.315
Intangível	17	<b>2.313.803</b>	2.378.318
		<b>3.169.688</b>	<b>3.200.661</b>
Total do ativo		<b>4.588.216</b>	<b>4.518.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<b>Nota</b>	<b>31/3/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	19	<b>556.912</b>	391.385
Empréstimos e financiamentos	20	<b>408.041</b>	400.022
Folha de pagamento e provisão de férias e 13º		<b>20.713</b>	19.082
Derivativos		<b>4.958</b>	248
Impostos e contribuições a recolher	21	<b>179.750</b>	229.823
Taxas regulamentares a pagar	22	<b>14.248</b>	18.916
Dividendos e juros sobre capital próprio		<b>30.043</b>	30.043
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética	23	<b>40.680</b>	37.840
Partes relacionadas	18	<b>48.844</b>	50.252
Indenizações trabalhistas		<b>19</b>	232
Recuperação judicial	25	<b>8.963</b>	8.963
Outras contas a pagar	26	<b>138.092</b>	164.805
		<b>1.451.263</b>	<b>1.351.611</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Empréstimos e financiamentos	20	<b>1.504.538</b>	1.492.962
Impostos e contribuições a recolher	21	<b>375.146</b>	399.151
Taxas regulamentares a pagar	22	<b>84.471</b>	88.260
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	<b>2.760</b>	9.514
Provisão para contingências	24	<b>227.018</b>	227.389
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energética	23	<b>56.549</b>	55.636
Partes relacionadas	18	<b>246.814</b>	252.968
Plano de aposentadoria e pensão	34	<b>33.964</b>	33.431
Recuperação judicial	25	<b>410.221</b>	409.530
Outras contas a pagar	26	<b>92.999</b>	93.874
		<b>3.034.480</b>	<b>3.062.715</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	27	<b>518.932</b>	518.932
Reserva de reavaliação		<b>276.959</b>	284.814
Outros resultados abrangentes		<b>(4.291)</b>	(4.327)
Prejuízos acumulados		<b>(1.094.719)</b>	(1.045.966)
Patrimônio líquido antes dos recursos para futuro aumento de capital		<b>(303.119)</b>	<b>(246.547)</b>
Recursos destinados para aumento de capital		<b>405.592</b>	350.983
		<b>102.473</b>	104.436
<b>Total do passivo e patrimonio liquido</b>		<b>4.588.216</b>	<b>4.518.762</b>

## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Demonstração dos resultados  
Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/3/2013	31/3/2012
Receita operacional líquida	28	530.108	541.430
Custo de energia elétrica e construção		(484.914)	(485.829)
Custo da energia elétrica e construção		(419.550)	(384.671)
Energia elétrica comprada para revenda		(311.486)	(244.179)
Custo de construção		(88.052)	(109.551)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição		(20.012)	(30.941)
Custo da operação		(65.365)	(101.158)
Pessoal		(19.921)	(28.579)
Material		(1.111)	(752)
Serviços de terceiros		(17.688)	(27.068)
Amortização		(29.705)	(32.676)
Arrendamentos e aluguéis		(540)	(1.370)
Subvenção - CCC		4.413	(6.155)
Outros		(813)	(4.558)
Lucro operacional bruto		45.194	55.601
Despesas com vendas	29	(22.510)	(22.582)
Despesas administrativas	30	(45.984)	(23.280)
Despesa com pessoal de administradores		(1.114)	(732)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis		(21.092)	6.667
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas		371	434
Provisão com plano de pensão e aposentadoria		(589)	-
Amortização		(1.445)	(1.931)
Outras despesas operacionais, liquidas		(2.082)	(3.560)
Resultado do serviço		(49.251)	10.617
Resultado financeiro	31	(14.130)	(94.343)
Receitas financeiras		51.893	101.949
Despesas financeiras		(66.023)	(196.292)
Resultado operacional		(63.381)	(83.726)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(63.381)	(83.726)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Resultado		6.773	(944)
Prejuízo do período		(56.608)	(84.670)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de março de 2013  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido antes dos recursos para aumento de	Recursos destinados para aumento de capital	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>518.932</b>	<b>354.934</b>	-	<b>(373.369)</b>	<b>500.497</b>	-	<b>500.497</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(84.668)	(84.668)	-	(84.668)
Realização da reserva reavaliação	-	(8.311)	-	8.311	-	-	-
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	1.044	-	(2.826)	(1.782)	-	(1.782)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>518.932</b>	<b>347.667</b>	-	<b>(452.552)</b>	<b>414.047</b>	-	<b>414.047</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2013 originalmente apresentado</b>	<b>518.932</b>	<b>284.814</b>	-	<b>(1.038.360)</b>	<b>(234.614)</b>	<b>350.983</b>	<b>116.369</b>
Ajustes por mudança de prática relacionados ao CPC 33	-	-	(4.327)	(7.606)	(11.933)	-	(11.933)
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2013 (reapresentado)</b>	<b>518.932</b>	<b>284.814</b>	<b>(4.327)</b>	<b>(1.045.966)</b>	<b>(246.547)</b>	<b>350.983</b>	<b>104.436</b>
Prejuízo do período	-	-	-	(56.608)	(56.608)	-	(56.608)
Baixa da reserva de reavaliação	-	(1.841)	-	1.841	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.060)	-	10.060	-	-	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	4.046	-	(4.046)	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-	54.609	54.609
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	55	-	55	-	55
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	-	-	(19)	-	(19)	-	(19)
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>	<b>518.932</b>	<b>276.959</b>	<b>(4.291)</b>	<b>(1.094.719)</b>	<b>(303.119)</b>	<b>405.592</b>	<b>102.473</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Demonstração dos resultados abrangentes  
Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/3/2012</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período</b>	<b>(56.608)</b>	<b>(84.668)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Reconhecimento de ganhos e perdas com plano de pensão	55	-
Imposto diferido sobre ganhos e perdas com plano de pensão	(19)	-
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>(56.572)</b>	<b>(84.668)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Demonstrações do valor adicionado  
Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	31/3/2013	31/3/2012
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços	737.835	659.995
Outras despesas/receitas operacionais	(1.334)	10.644
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos inci	(21.184)	6.548
Outras despesas / receitas não recorrentes	(748)	109.551
Provisão plano de aposentadoria e pensão	(589)	-
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	371	-
	<b>714.351</b>	<b>786.738</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(419.472)	(275.120)
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(69.224)	(120.228)
Despesas comerciais e outras	-	(57.849)
	<b>(488.696)</b>	<b>(453.197)</b>
<b>Valor adicionado (aplicado) bruto</b>	<b>225.655</b>	<b>333.541</b>
<b>Amortização</b>	(31.150)	(34.606)
<b>Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia</b>	<b>194.505</b>	<b>298.935</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	51.893	101.949
	<b>51.893</b>	<b>101.949</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>246.398</b>	<b>400.884</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta	12.287	26.560
Benefícios	9.875	
FGTS	2.808	2.407
Outros	9.847	1.796
	<b>34.817</b>	<b>30.763</b>
<b>Tributos</b>		
Federais	63.461	118.994
Estaduais	137.492	138.043
Municipais	-	402
	<b>200.953</b>	<b>257.439</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	66.024	72.820
Aluguéis	1.212	2.880
Outras despesas financeiras		121.650
	<b>67.235</b>	<b>197.350</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Prejuízos do período	(56.608)	(84.668)
	<b>(56.608)</b>	<b>(84.668)</b>
<b>Valor adicionado</b>	<b>246.398</b>	<b>400.884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Centrais Elétricas do Pará - CELPA - "Em Recuperação Judicial"

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto  
Períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012  
(Em milhares de Reais)

	31/3/2013	31/3/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	<b>(56.608)</b>	<b>(84.670)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Ajuste com provisão com plano de pensão e aposentadoria	589	-
Amortização	47.398	37.749
Despesas de juros	20.866	36.677
Perdas cambiais de atividades financeiras	8.053	-
Ajuste a valor presente	(9.407)	(7.257)
Perda na venda de intangível	11.442	9.510
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(371)	-
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	21.092	(6.548)
Rendimento de aplicações financeiras	(4.830)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.773)	944
Outros	1.298	(1.743)
	<b>32.749</b>	<b>(15.338)</b>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Contas a receber de clientes	103.179	(21.115)
Estoques	(18)	(17.566)
Aquisição de combustível por conta CCC	(42.327)	(66.674)
Impostos e contribuições a recuperar	(1.461)	-
Impostos sobre o lucro a recuperar	(1.219)	-
Serviços pedidos e outros	486	(2.629)
Sub-rogação da CCC	(1.005)	-
Recuperação de custo de energia e encargos	(105.014)	-
Outros créditos a receber	(19.448)	8.999
Depósitos judiciais	(23.218)	923
	<b>(90.045)</b>	<b>(98.062)</b>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	165.527	242.588
Taxas regulamentares a pagar	(8.457)	44.800
Impostos e contribuições a recolher	(74.078)	90.269
Operações com SWAP	4.710	-
Folha de pagamento e provisão de férias e 13º	1.631	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiencia energetica	3.753	3.629
Indenizações trabalhistas	(213)	(11.741)
Juros pagos	(1.071)	(20.368)
Plano de aposentadoria e pensão	-	109
Outras contas a pagar	(27.588)	(2.932)
	<b>64.214</b>	<b>346.354</b>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>6.918</b>	<b>232.954</b>
Aquisições no ativo intangível	(85.832)	(155.983)
Investimentos	48	-
Resgates/Aplicações financeiras	158.676	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>72.892</b>	<b>(155.983)</b>
Atividades de financiamento		
Mútuo com partes relacionadas	(7.562)	(332)
Captação de empréstimos e financiamentos	9.124	40.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.271)	(110.302)
Acréscimo de obrigações especiais	35.511	3.145
Recuperação judicial	691	-
Amortização Swap	-	(8.593)
Recurso destinado para aumento de capital	54.609	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<b>91.102</b>	<b>(76.082)</b>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<b>170.912</b>	<b>889</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	68.850	208.756
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	239.762	209.645
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<b>170.912</b>	<b>889</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “CELPA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km<sup>2</sup>, atendendo 1.952.039 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 34% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km<sup>2</sup>) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em mais de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

### **Recuperação judicial**

O plano de recuperação judicial vigente à Companhia foi consolidado e aprovado no dia 01 de setembro de 2012 na 13ª Vara Cível de Belém e os documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **Plano de transição**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de Outubro de 2012, a ANEEL autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição ainda há o Despacho nº 3.048 de 02/10/2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito será considerado a partir do reajuste anual, que ocorrerá em agosto de 2013.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Das concessões

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028. Segue abaixo as principais características das usinas:

UTE	<u>Capacidade total instalada MW</u>	<u>Capacidade total utilizada MW</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	20,823	12,424	28/7/1998	28/7/2028

### 3. Elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, com a observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, assim como deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, descritas na nota explicativa nº 3 do referido documento e, portanto, devem ser lidas em conjunto com essas demonstrações financeiras.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 15 de maio de 2013.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros**

Foram aprovados pelo IASB e normatizados pelo CPC e CVM os seguintes novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IAS 19 / CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados;
- IAS 28 / CPC 18 (R2) - Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto;
- IFRS 11 / CPC 16 (R2) – Negócios em Conjunto;
- IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades;
- IFRS 9 / CPC 38 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 13 / CPC 46 - Mensuração do Valor Justo

Das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC mencionadas acima, apenas a IAS 19 / CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados gerou efeito nestas informações contábeis intermediárias, conforme apresentado abaixo:

#### **a) CPC 33 / IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados**

A prática contábil da Companhia até 31 de dezembro de 2012 era contabilizar ganhos e perdas atuariais pelo método do “corredor”, onde os ganhos e perdas atuariais eram somente reconhecidos no resultado na medida em que superassem o valor do “corredor” e amortizado ao longo da vida média estimada remanescente da população que possui os benefícios. Portanto, esses ganhos e perda atuariais mensurados num período não eram reconhecidos imediatamente, resultando em um passivo cujo montante diferia do valor presente estimado das obrigações atuariais ainda não reconhecidas.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **5. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros--Continuação**

#### **a) CPC 33 / IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados--Continuação**

Os principais impactos na adoção da norma nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013, com efeito retrospectivo às demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012, são os seguintes:

- a. Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos em contrapartida a “Outros Resultados Abrangentes”, dada a extinção do método do corredor para reconhecimento dos resultados atuariais;
- b. A reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, o qual não trouxe impactos pelo fato de a Companhia não ter ativos.

#### **b) Correção de erros**

A Companhia registrou complemento de seu passivo atuarial dos planos de benefício pós-emprego, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no montante de R\$16.258

Em decorrência destas alterações, a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 18.081 e aumento do ativo fiscal diferido em R\$ 6.148, tendo como contrapartida uma redução de R\$ 11.933 no seu patrimônio líquido, conforme demonstração a seguir:



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e correção de erros--Continuação

	31.12.2012			
	Saldo anteriormente divulgado*	Efeito da IAS 19 /CPC 33(R1)	Correções de erros	Saldo reapresentado
<b>Ativo</b>				
Ativo circulante	1.318.101	-	-	1.318.101
Ativo não circulante	3.200.661	-	-	3.200.661
	<b>4.518.762</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.518.762</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante	1.351.611	-	-	1.351.611
Passivo não circulante	3.050.782	1.203	10.730	3.062.715
Patrimônio Líquido	116.369	(1.203)	(10.730)	104.436
	<b>4.518.762</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.518.762</b>

\* Divulgado nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As alterações descritas acima não causaram impacto no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	55.552	56.125
Equivalentes de caixa	184.210	12.525
<b>Total</b>	<b><u>239.762</u></b>	<b><u>68.650</u></b>

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 96,10% (76,18% em 31 de dezembro de 2012) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

### 6. Investimento de curto prazo

<b>Modalidade</b>	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos	191.636	351.221
Outros	12.727	11.818
<b>Total</b>	<b><u>204.363</u></b>	<b><u>363.039</u></b>

Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha, lastreados em títulos públicos federais, de acordo com a política de investimento da Companhia.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber de clientes

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Circulante</b>		
Fornecimento faturado	558.875	629.381
Baixa Renda (a)	27.299	29.799
Fornecimento não faturado	77.814	105.463
Parcelamento de débitos	180.283	169.781
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente	(217)	(276)
	<b>844.054</b>	<b>934.148</b>
Participação financeira	1.390	1.412
Encargos de capacidade e de aquisição emergencial	10.303	215
Redução de Uso Sistema de Distribuição	2.179	3.658
Outras a receber de clientes	21.258	22.551
	<b>35.130</b>	<b>27.836</b>
<b>Total</b>	<b>879.184</b>	<b>961.984</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(435.200)	(414.015)
<b>Total circulante</b>	<b>443.984</b>	<b>547.969</b>
<b>Não circulante</b>		
Comercialização no âmbito do CCEE	4.358	4.358
Parcelamento de débitos	20.994	20.255
Parcelamento de débitos - Ajuste a Valor Presente	(1.785)	(1.852)
Redução de tarifa - Irrigação e aquicultura	20	20
Participação financeira	648	648
	<b>24.235</b>	<b>23.429</b>
<b>Total</b>	<b>468.219</b>	<b>571.398</b>

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **8. Contas a receber de clientes--Continuação**

#### **(a) Baixa Renda**

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu artigo 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de baixa renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A CELPA apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido por essa Resolução.

Em 2010 os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Contas a receber de clientes--Continuação

#### Análise por vencimento

	Vencidos			Total	Perda por Impairment	Total Líquido
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias			
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	33.879	69.796	200.175	303.850	(213.366)	90.484
Industrial	26.489	13.349	45.739	85.577	(52.645)	32.932
Comercial, serviços e outras	29.724	22.512	56.444	108.680	(58.082)	50.598
Rural	1.983	5.891	24.553	32.427	(22.139)	10.288
	<b>92.075</b>	<b>111.548</b>	<b>326.911</b>	<b>530.534</b>	<b>(346.232)</b>	<b>184.302</b>
Poder público	2.828	11.198	4.896	18.922	(2.352)	16.570
Iluminação pública	308	284	369	961	(283)	678
Serviço público	227	5.224	3.005	8.456	(1.966)	6.490
	<b>3.363</b>	<b>16.706</b>	<b>8.270</b>	<b>28.339</b>	<b>(4.601)</b>	<b>23.738</b>
Fornecimento não faturado	77.814	-	-	77.814	-	77.814
Encargos de capacidade e de aquisição emergencial	-	-	215	215	-	215
Parcelamento	96.858	11.222	92.458	200.538	(84.367)	116.171
Parcelamento - ajuste a valor presente	(2.001)	-	-	(2.001)	-	(2.001)
Baixa Renda	27.299	-	-	27.299	-	27.299
Participação financeira	1.127	233	679	2.039	-	2.039
	<b>201.097</b>	<b>11.455</b>	<b>93.352</b>	<b>305.904</b>	<b>(84.367)</b>	<b>221.537</b>
<b>Subtotal - Consumidores</b>	<b>296.535</b>	<b>139.709</b>	<b>428.533</b>	<b>864.777</b>	<b>(435.200)</b>	<b>429.577</b>
Comercialização na CCEE	4.358	-	-	4.358	-	4.358
Redução de Uso Sistema de Distribuição	2.918	-	-	2.918	-	2.918
Redução de tarifa - Irrigação e aquíicultura	20	-	-	20	-	20
Outros	18.690	4.826	7.830	31.346	-	31.346
	<b>25.986</b>	<b>4.826</b>	<b>7.830</b>	<b>38.642</b>	<b>-</b>	<b>38.642</b>
<b>Total</b>	<b>322.521</b>	<b>144.535</b>	<b>436.363</b>	<b>903.419</b>	<b>(435.200)</b>	<b>468.219</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>443.984</b>
<b>Ativo não circulante</b>						<b>24.235</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Contas a receber de clientes--Continuação

	31/12/2012					
	Vincendos	Vencidos		Total	Perda por Impairment	Total Líquido
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	57.376	84.416	185.517	327.309	(208.217)	119.092
Industrial	37.624	17.682	43.634	98.940	(39.258)	59.682
Comercial, serviços e outras	44.191	31.706	54.740	130.637	(61.758)	68.879
Rural	3.624	6.176	22.788	32.588	(19.218)	13.370
	<b>142.815</b>	<b>139.980</b>	<b>306.679</b>	<b>589.474</b>	<b>(328.451)</b>	<b>261.023</b>
Poder público	3.705	18.327	6.807	28.839	(2.689)	26.150
Iluminação pública	493	444	345	1.282	(283)	999
Serviço público	322	6.378	3.086	9.786	(1.877)	7.909
	<b>4.520</b>	<b>25.149</b>	<b>10.238</b>	<b>39.907</b>	<b>(4.849)</b>	<b>35.058</b>
Fornecimento não faturado	105.463	-	-	105.463	-	105.463
Encargos de capacidade e de aquisição emergencial	-	-	215	215	-	215
Parcelamento	90.895	11.844	87.297	190.036	(80.715)	109.321
Parcelamento - ajuste a valor presente	(2.128)	-	-	(2.128)	-	(2.128)
Baixa Renda	29.799	-	-	29.799	-	29.799
Participação financeira	1.194	203	663	2.060	-	2.060
	<b>225.223</b>	<b>12.047</b>	<b>88.175</b>	<b>325.445</b>	<b>(80.715)</b>	<b>244.730</b>
<b>Subtotal - Consumidores</b>	<b>372.558</b>	<b>177.176</b>	<b>405.092</b>	<b>954.826</b>	<b>(414.015)</b>	<b>540.811</b>
Comercialização na CCEE	4.358	-	-	4.358	-	4.358
Redução de Uso Sistema de Distribuição	3.658	-	-	3.658	-	3.658
Redução de tarifa - Irrigação e aquicultura	20	-	-	20	-	20
Outros	10.146	5.033	7.372	22.551	-	22.551
	<b>18.182</b>	<b>5.033</b>	<b>7.372</b>	<b>30.587</b>	<b>-</b>	<b>30.587</b>
<b>Total</b>	<b>390.740</b>	<b>182.209</b>	<b>412.464</b>	<b>985.413</b>	<b>(414.015)</b>	<b>571.398</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>547.969</b>
<b>Ativo não circulante</b>						<b>23.429</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Contas a receber de clientes--Continuação

**a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

**b.**

	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/03/2013
<b>Fornecimento faturado</b>				
Residencial	208.217	5.149	(773)	212.593
Industrial	39.258	13.387	-	52.645
Comercial, serviços e outras	61.758	-	(3.676)	58.082
Rural	19.218	2.921	-	22.139
	<b>328.451</b>	<b>21.457</b>	<b>(4.449)</b>	<b>345.459</b>
Poder público	2.689	-	(337)	2.352
Iluminação pública	283	680	-	963
Serviço público	1.877	89	-	1.966
	<b>4.849</b>	<b>769</b>	<b>(337)</b>	<b>5.281</b>
Parcelamento	80.715	3.652	-	84.367
	<b>80.715</b>	<b>3.652</b>	<b>-</b>	<b>84.367</b>
<b>Total</b>	<b>414.015</b>	<b>25.878</b>	<b>(4.786)</b>	<b>435.107</b>

	31/12/2011	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2012
<b>Fornecimento faturado</b>				
Residencial	82.846	425.324	(299.953)	208.217
Industrial	17.960	26.164	(4.866)	39.258
Comercial, serviços e outras	24.961	39.835	(3.038)	61.758
Rural	7.809	11.409	-	19.218
	<b>133.576</b>	<b>502.732</b>	<b>(307.857)</b>	<b>328.451</b>
Poder público	264	5.507	(3.082)	2.689
Iluminação pública	16	267	-	283
Serviço público	101	2.073	(297)	1.877
	<b>381</b>	<b>7.847</b>	<b>(3.379)</b>	<b>4.849</b>
Parcelamento	-	80.715	-	80.715
Outros	4.811	-	(4.811)	-
	<b>4.811</b>	<b>80.715</b>	<b>(4.811)</b>	<b>80.715</b>
<b>Total</b>	<b>138.768</b>	<b>591.294</b>	<b>(316.047)</b>	<b>414.015</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber de clientes--Continuação

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

#### Cientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

#### Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

### 8. Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS (a)	30.545	23.718	30.706	27.559
PIS a recuperar	-	-	743	-
COFINS (b)	-	10.022	3.886	17.103
INSS (c)	3.935	-	4.589	-
FINSOCIAL (d)	-	4.586	-	4.585
PAEXA recuperar (e)	17.826	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.306</b>	<b>38.326</b>	<b>39.924</b>	<b>49.247</b>

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 parcelas.

(b) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

- (c) Valor a restituir de pagamento a maior de INSS código 2100, originário da competência setembro e outubro de 2012. A utilização do crédito tributário iniciou-se em dezembro de 2012 e ocorrerá a razão de 30% do valor apurado da mesma natureza tributária.
- (d) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente a Pedido de Restituição de Finsocial recolhido na alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Contra a última decisão que reconheceu como parcialmente o crédito, a Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (e) O Valor em questão, refere-se a Revisão de Parcelamento - PAEX, conforme processos 10280.005232/2007-93 e 10280.005233/2007-38, onde apontamos débitos consolidados em duplicidade.

### 9. Impostos sobre o lucro a recuperar

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda (a)	2.691	35.468	2.210	35.468
Contribuição social (a)	1.241	8.155	974	8.155
Imposto de renda retido na fonte	2.638	-	2.167	-
<b>Total</b>	<b>6.570</b>	<b>43.623</b>	<b>5.351</b>	<b>43.623</b>

- (a) Saldos de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício social de 2011 e também em anos anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

#### a. Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ e CSLL diferenças temporárias (*)	142.472	135.718
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	<u>(145.232)</u>	<u>(145.232)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(2.760)</u></b>	<b><u>(9.514)</u></b>
Ativo não circulante	-	-
Passivo não circulante	(2.760)	(9.514)

(\*) As diferenças temporárias são decorrentes de provisões para contingências, provisões para crédito de liquidação duvidosa, depreciação acelerada, pesquisa e eficiência energética entre outros.

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Contingências	60.783	60.909
PCLD	101.477	93.929
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(26.746)	(25.641)
Outras	629	373
Provisão Plano de Pensão	6.329	6.148
	<b><u>142.472</u></b>	<b><u>135.718</u></b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Abaixo segue a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

<b>IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2012</b>	<b>(9.514)</b>
Adições temporárias	233.155
Exclusões	(226.401)
<b>IRPJ e CSLL diferidos em 31/03/2013</b>	<b>(2.760)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2011</b>	<b>(90.968)</b>
Baixas do diferido	90.968
Adições temporárias	254.034
Exclusões	(118.316)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(145.232)
<b>IRPJ e CSLL diferidos em 31/12/2012</b>	<b>(9.514)</b>

#### **Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2013 e 2012, é demonstrada como segue:

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	31/3/2013	
	IRPJ	CSLL
<b>Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)</b>	<b>(63.381)</b>	<b>(63.381)</b>
Alíquota fiscal	25%	9%
Pela alíquota fiscal	-	-
<b>Adições :</b>		
Provisão para contingências	56.755	20.432
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	112.638	40.550
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência Energética P&D	-	-
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	1.540	554
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	-	-
Provisão Fundo de pensao	147	53
Doações	-	-
Outras despesas não dedutíveis	373	134
	<u>171.453</u>	<u>61.723</u>
<b>Exclusões:</b>		
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	(163.935)	(59.017)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(2.352)	(847)
Multas Regulatórias	-	-
Outras	(185)	(67)
	<u>(166.472)</u>	<u>(59.931)</u>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>4.981</b>	<b>1.792</b>
Incentivo PAT	-	-
Despesa IRPJ anos anteriores	-	-
Créditos Fiscais não constituídos	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>4.981</b>	<b>1.792</b>
<b>Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Ativo Fiscal Diferido	4.834	1.739
(+) IRPJ Subvenção Governamental	0	0
<b>IRPJ e CSLL no resultado do exercício</b>	<b>4.834</b>	<b>1.739</b>
<b>Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido</b>	<b>-7,63%</b>	<b>-2,74%</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	31/3/2012	
	IRPJ	CSLL
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)</b>	<b>(90.962)</b>	<b>(90.962)</b>
Adições(exclusões) permanentes		
Gratificações	15	-
Doações	61	61
Multas indedutíveis	10	-
Despesas indedutíveis	1	1
Multas regulatórias	-	-
Efeitos da Lei 11.638/2007	7.257	7.257
Reversão reserva sobre intangível	-	-
Outras	(7)	(7)
<b>Subtotal</b>	<b>7.337</b>	<b>7.312</b>
<b>Base de cálculo dos impostos</b>	<b>(83.625)</b>	<b>(83.650)</b>
Alíquotas	25%	9%
<b>Receita(despesa) com impostos</b>	<b>20.906</b>	<b>7.529</b>
Créditos fiscais não constituídos	(21.600)	(7.778)
<b>Receita(despesa) com impostos</b>	<b>(694)</b>	<b>(250)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-0,76%</b>	<b>-0,27%</b>

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **11. Aquisição de combustível - conta CCC**

A Companhia detém em 31 de março de 2013 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - “CCC” no montante de R\$195.721 (R\$153.394 em 31 de dezembro de 2012).

A Conta de Consumo de Combustíveis - “CCC” foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, sendo o montante a diferença entre o custo total de geração de energia elétrica para atendimento dos Sistemas Isolados e a valoração da quantidade correspondente pelo custo médio da potência e energia comercializada no Ambiente Regulado do Sistema Interligado. Incluem os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, os encargos do setor elétrico e impostos e ainda os investimentos realizados. O reembolso deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis – “CCC”.

### **12. Recuperação de custo de energia e encargos**

Em razão do cenário desfavorável para as distribuidoras, que não tem gerência sobre os custos de aquisição de energia elétrica comprada para revenda, o governo brasileiro através do Decreto nº 7.945, de 07 de março de 2013, promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Contam de Desenvolvimento Energético – CDE, visando cobrir os custos gerados devido à escassez de chuvas e consequentemente o acionamento das termelétricas. Visa também retirar do consumidor o ônus de reconstituir o caixa das Distribuidoras em período tarifário subsequente e ao mesmo tempo impedir o prejuízo das concessionárias.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Outros créditos a receber

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valores a recuperar de empregados	1.008	-	880	-
Adiantamentos a fornecedores (a)	40.745	-	19.398	-
Alienação de bens e direitos	1.636	-	858	-
Títulos e valores mobiliários	140	1.226	148	1.226
Créditos em conta de energia elétrica	3.129	-	2.744	-
Despesas pagas antecipadamente	792	-	1.179	-
Valores a liberar	-	35.026	-	35.026
Outros créditos a receber	-	1.925	2.795	1.925
<b>Total</b>	<b>47.450</b>	<b>38.177</b>	<b>28.002</b>	<b>38.177</b>

(a) Refere-se ao valor pago por meio de adiantamento aos Credores Operacionais do Plano de Recuperação Judicial, em virtude da novação, repactuação e parcelamento do crédito, este montante será baixado contra os créditos originais dos referidos Credores em fornecedores no montante de R\$26.826, este saldo também é referente a liberações de adiantamento a fornecedores para baixa no mês seguinte no montante de R\$13.919.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **14. Sub-rogação da CCC**

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27/03/2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 465.197, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 280.537.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e conseqüente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31 de março de 2013, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 212.704 (211.699 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Investimentos

<b>Propriedades para investimentos avaliadas a custo:</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	21.568	21.598
Terrenos (a)	1.554	1.554
Outros investimentos (a)	3.653	3.671
(-) Perda no valor recuperável (b)	(19.508)	(19.508)
<b>Total</b>	<b>7.267</b>	<b>7.315</b>

(a) Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticalização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

(b) Parte das geradoras termelétricas operadas pela Companhia para a geração de energia elétrica, foram desativadas quando da interligação do sistema “Tramoeste”. Esses equipamentos foram desativados e transferidos como “propriedade para investimentos”. O montante reconhecida como perda no valor recuperável refere-se a uma avaliação da companhia do estado físico e o local onde se encontram esses equipamentos e, em atendimento a Deliberação CVM nº 639/2010, registrou uma provisão para perda no valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$ 19.508 em 31 de março de 2013 (R\$ 19.508 em 31 de dezembro de 2012).

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/03/2013			31/12/2012		
	(-) Obrigações Concessão		Valor líquido	(-) Obrigações Concessão		Valor líquido
	Custo	Vinculadas à		Custo	Vinculadas à	
Em serviço	733.322	(273.345)	459.977	674.127	(245.886)	428.241

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	Reclassificação					
	31/12/2012	(a)	VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/03/2013
Ativo financeiro	674.127	(22)	5.746	56.065	(2.595)	733.321
Obrigações especiais	(245.886)		(2.170)	(25.289)		(273.345)
<b>Ativo financeiro</b>	<b>428.241</b>	<b>(22)</b>	<b>3.576</b>	<b>30.776</b>	<b>(2.595)</b>	<b>459.977</b>

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **16. Ativo financeiro da concessão--Continuação**

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

#### **a. Lei 12.783/2013**

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Adicionalmente a Lei extingue a arrecadação da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), além de reduzir a arrecadação de CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. No intuito de contemplar estas reduções nas tarifas de todas as concessionárias, a ANEEL realizou revisões tarifárias extraordinárias em 24 de janeiro de 2013.

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/13 e a redução dos encargos setoriais não causará impactos diretos no resultado ou contrato de concessão da CELPA, uma vez que este tem vigência até 2028.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

31/03/2013					
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,54%	3.787.548	(1.440.711)	(850.803)	1.496.034
Em curso		1.068.222	-	(250.455)	817.767
<b>Total</b>		<b>4.855.770</b>	<b>(1.440.711)</b>	<b>(1.101.258)</b>	<b>2.313.802</b>

31/12/2012					
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,70%	3.743.651	(1.398.821)	(821.945)	1.522.885
Em curso		1.099.235	-	(243.802)	855.433
<b>Total</b>		<b>4.842.886</b>	<b>(1.398.821)</b>	<b>(1.065.747)</b>	<b>2.378.318</b>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Intangível--Continuação

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	<b>31/12/2012</b>	<b>Reclassificação</b>			<b>Capitalização</b>	<b>31/03/2013</b>
		<b>(a)</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>		
Em Serviço	3.743.651	-	0	(16.952)	60.849	3.787.548
(-) Amortização	(1.398.821)	47	(47.445)	5.509	-	(1.440.711)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.344.830</b>	<b>47</b>	<b>- 47.445</b>	<b>- 11.443</b>	<b>60.849</b>	<b>2.346.837</b>
Em curso	1.099.235	-	85.901		(116.914)	1.068.222
<b>Total</b>	<b>3.444.065</b>	<b>47</b>	<b>38.456</b>	<b>(11.443)</b>	<b>(56.065)</b>	<b>3.415.059</b>
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	-	(80.810)	6.397	25.289	(1.285.277)
(-) Amortização	170.406	-	13.613	-	-	184.019
	<b>2.378.318</b>	<b>47</b>	<b>(28.741)</b>	<b>(5.047)</b>	<b>(30.776)</b>	<b>2.313.802</b>

	<b>31/12/2011</b>	<b>Reclassificação</b>			<b>Capitalização</b>	<b>31/12/2012</b>
		<b>(a)</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>		
Em Serviço	3.947.832	(205.914)	1.005	(71.760)	72.488	<b>3.743.651</b>
(-) Amortização	(1.238.636)	-	(189.348)	29.163	-	<b>(1.398.821)</b>
<b>Total em serviço</b>	<b>2.709.196</b>	<b>(205.914)</b>	<b>(188.343)</b>	<b>(42.597)</b>	<b>72.488</b>	<b>2.344.830</b>
Em curso	736.810	-	478.443	-	(116.018)	<b>1.099.235</b>
<b>Total</b>	<b>3.446.006</b>	<b>(205.914)</b>	<b>290.100</b>	<b>(42.597)</b>	<b>(43.530)</b>	<b>3.444.065</b>
Obrigações especiais (b)	(1.348.950)	116.700	(105.213)	14.429	86.881	<b>(1.236.153)</b>
(-) Amortização	122.001	-	48.405	-	-	<b>170.406</b>
	<b>2.219.057</b>	<b>(89.214)</b>	<b>233.292</b>	<b>(28.168)</b>	<b>43.351</b>	<b>2.378.318</b>

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL Nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação desta resolução, a vida útil desses ativos passou a ser entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Intangível--Continuação

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

#### a. Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

Obras em andamento	934.873	963.847
Materiais em depósito	77.793	74.859
Adiantamento a fornecedores	55.556	60.529
	<u>1.068.222</u>	<u>1.099.235</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$ 10.857 (R\$ 34.849 em 31 de dezembro de 2012), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Intangível--Continuação**

#### ***b. Amortização***

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

#### **Teste de recuperabilidade econômica**

Para a apresentação destas informações contábeis trimestrais, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 31 de março de 2013, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Em presas	Ref.	Natureza da operação	31/03/2013		31/12/2012	
			Passivo	Receita/ Despesa	Passivo	Receita/ Despesa
Equatorial Energia	(a)	Cessão de créditos	295.658	7.562	303.220	(20.211)
(Controladora)		Derivativos	4.958	(4.710)	248	(248)
			<b>300.616</b>		<b>303.468</b>	
		<b>Circulante</b>	<b>53.802</b>		<b>50.500</b>	
		<b>Não circulante</b>	<b>246.814</b>		<b>252.968</b>	

- (a) Os valores com a Equatorial Energia S/A, são: (i) cessão provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes na Recuperação Judicial; e (ii) swap de proteção para aquisição de créditos da em moeda estrangeira da RJ

#### Remuneração de pessoal-chave da administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$4.500, conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2013 na forma do Estatuto Social e com base nos critérios fixados no caput do art. 152, da Lei nº 6.404/76, observado o limite global ora fixado. Fica consignado que o limite ora aprovado não contempla a remuneração variável dos administradores da Companhia, que deverá ser objeto de aprovação pela assembleia de acionistas oportunamente.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2013:

Remuneração fixa:	100%
<b>Diretoria</b>	
Remuneração fixa:	100%
Remuneração variável:	0%



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
<b>Números de membros</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>15</b>
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<b>168</b>	<b>703</b>	<b>871</b>
Salário ou Pró-labore	168	690	858
Benefícios diretos e indiretos	-	13	13
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bônus	-	-	-
<b>Valor total da remuneração por órgão</b>	<b>168</b>	<b>703</b>	<b>871</b>

### Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	31/03/2013	31/12/2012
Ministério da Fazenda - PGNF (Termo de Parcelamento de Débitos - 19/12/2012)	131.900	100	19/11/2012	19/10/2017	131.900	124.074	130.256
Banco Itaú BBA (Capital de Giro CCB 101112110006100)	50.000	100	21/11/2012	19/05/2013	50.000	50.441	50.435
Banco BTG (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	150.000	100	29/11/2012	24/11/2013	150.000	154.132	151.062
Banco Itaú BBA (1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais)	100.000	100	29/11/2012	24/11/2013	100.000	102.754	100.708
<b>Total</b>	<b>431.900</b>				<b>431.900</b>	<b>431.401</b>	<b>432.461</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Fornecedores

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Suprimento de energia elétrica	289.538	177.674
Energia livre - CCEE	9.237	9.237
Aquisição de combustível	110.566	68.803
Encargos de uso da rede elétrica (a)	2.825	21.250
Materiais e serviços	144.746	114.421
<b>Total</b>	<b><u>556.912</u></b>	<b><u>391.385</u></b>

#### *a. Encargo de uso da rede elétrica*

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido à interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional:</b>				
Eletróbrás	1.008	76.064	-	67.945
FINAME	1.364	1.582	1.565	1.818
Leasings	4.059	(45)	4.700	149
GIRO ITAÚ	50.441	-	50.435	-
GIRO NPS BTG	154.132	-	151.062	-
GIRO NPS ITAÚ	102.754	-	100.708	-
CRÉDITOS RJ	-	873.920	-	863.411
<b>Subtotal</b>	<b>313.758</b>	<b>951.521</b>	<b>308.470</b>	<b>933.323</b>
(-) Custo de transação	(994)	(721)	(994)	(721)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>312.764</b>	<b>950.800</b>	<b>307.476</b>	<b>932.602</b>
<b>Moeda estrangeira:</b>				
CRÉDITO RJ	92.392	549.292	91.923	555.788
Tesouro Nacional	4.542	37.717	2.280	38.272
<b>Subtotal</b>	<b>96.934</b>	<b>587.009</b>	<b>94.203</b>	<b>594.060</b>
(-) Custo de transação	(1.657)	(4.157)	(1.657)	(4.157)
(-) Cauções	-	(29.114)	-	(29.543)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>95.277</b>	<b>553.738</b>	<b>92.546</b>	<b>560.360</b>
<b>Total geral</b>	<b>408.041</b>	<b>1.504.538</b>	<b>400.022</b>	<b>1.492.962</b>
<b>Principal</b>	<b>395.822</b>	<b>1.503.460</b>	<b>397.030</b>	<b>1.492.347</b>
<b>Encargos</b>	<b>12.219</b>	<b>1.078</b>	<b>2.992</b>	<b>615</b>

Em 31 de março de 2013 a Companhia registrou o montante de R\$ 1.912.579 (R\$1.892.984 em 31 de dezembro de 2012), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$408.041 de curto prazo e R\$1.504.538 de longo prazo (R\$ 400.022 de curto prazo e R\$ 1.492.962 de longo prazo em 31 de dezembro de 2012) a um custo médio de 5,37%, equivalente a 71,46% do CDI (5,49%, equivalente a 65,43% do CDI, em 31 de dezembro de 2012).

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### *a. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante*

Em 31 de março de 2013, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam os montantes apresentados a seguir, tendo seus vencimentos programados conforme descrito:

Vencimento	Moeda	Moeda	Custo de	Cauções	31/03/2013	31/12/2012
	nacional	estrangeira	Transação			
2014	8.062	919	(2.408)	-	6.573	6.214
2015	8.550	-	(1.770)	-	6.780	5.783
2016	8.071	-	(700)	-	7.371	6.408
2017	7.799	-	-	-	7.799	6.794
Após 2017	919.039	586.090	-	(29.114)	1.476.015	1.467.763
<b>Total LP</b>	<b>951.521</b>	<b>587.009</b>	<b>(4.878)</b>	<b>(29.114)</b>	<b>1.504.538</b>	<b>1.492.962</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### b. Composição por índice e moeda

	<u>31/03/2013</u>	<u>% de participação</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>% de participação</u>
<b>Moeda nacional:</b>				
TJLP (a)	2.587	0,20%	2.994	0,24%
RGR (b)	77.072	6,09%	67.945	5,47%
CDI (c)	311.268	24,60%	306.945	24,72%
IGPM (d)	187.482	14,82%	185.471	14,94%
PRÉ-FIXADO	686.869	54,29%	678.438	54,63%
	<b>1.265.278</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.241.793</b>	<b>100,00%</b>
Custo de transação	(1.715)		(1.715)	
<b>Subtotal</b>	<b>1.263.563</b>		<b>1.240.078</b>	
<b>Moeda estrangeira:</b>				
Dólar norte-americano				
CDI (c)	92.392	13,51%	-	0,00%
LIBOR (e)	15.502	2,27%	15.404	2,24%
PRÉ-FIXADO	576.049	84,22%	672.859	97,76%
	<b>683.943</b>	<b>100,00%</b>	<b>688.263</b>	<b>100,00%</b>
Custo de transação	(5.814)		(5.814)	
Cauções	(29.113)		(29.543)	
<b>Subtotal</b>	<b>649.016</b>		<b>652.906</b>	
<b>Total</b>	<b>1.912.579</b>		<b>1.892.984</b>	

(a) Taxa de Juros de Longo Prazo do Banco Central

(b) taxa de juros para os contratos com a Eletrobrás, que tem com fundo a Reserva Global de Reversão

(c) taxa de juros dos Certificados de Depósito Interbancário divulgado pela CETIP

(d) Índice Geral de Preços Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas

(e) London Interbank Offered Rate, taxa de juros interbancária de Londres

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

#### c. Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>307.476</b>	<b>932.602</b>	<b>92.546</b>	<b>560.360</b>	<b>1.892.984</b>
Ingressos	-	9.124	-	-	9.124
Encargos	6.195	8.960	4.146	1.565	20.866
Varição monetária e cambial	-	1.548	(1.415)	(8.615)	(8.482)
Transferências	1.435	(1.435)	-	-	-
Pagamentos/Baixas de principal	(1.271)	-	-	-	(1.271)
Pagamentos de juros	(1.071)	-	-	-	(1.071)
Atualização cauções	-	-	-	429	429
<b>Saldo em 31/03/2013</b>	<b>312.764</b>	<b>950.799</b>	<b>95.277</b>	<b>553.739</b>	<b>1.912.579</b>

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>659.647</b>	<b>674.467</b>	<b>597.015</b>	<b>5.525</b>	<b>1.936.654</b>
Ingressos	300.000	108.088	-	-	408.088
Encargos	25.887	704	42.143	2.136	70.870
Varição monetária e cambial	13	3.015	30.205	6.614	39.847
Transferências	(145.428)	145.428	(548.457)	548.457	-
Pagamentos/Baixas de principal	(487.627)	-	(23.742)	-	(511.369)
Pagamentos de juros	(45.163)	-	(4.636)	-	(49.799)
Transferência de custo de transação	(900)	900	(1.517)	1.517	-
Apropriação de custo de transação	1.047	-	1.535	-	2.582
Atualização cauções	-	-	-	(3.889)	(3.889)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>307.476</b>	<b>932.602</b>	<b>92.546</b>	<b>560.360</b>	<b>1.892.984</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Obrigações fiscais Federais:</b>				
IRRF	2.346	-	2.607	-
Previdência social	4.945	-	4.151	-
FGTS	582	175	825	-
PIS	1.509	-	4.482	-
COFINS	7.600	-	20.644	-
Outras Obrigações fiscais Federais	2.704	-	6.802	-
<b>Subtotal</b>	<b>19.686</b>	<b>175</b>	<b>39.511</b>	<b>-</b>
<b>Parcelamentos:</b>				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (a)	12.743	105.014	12.586	106.863
Parcelamento ordinário - PIS (b)	5.578	10.924	5.500	12.147
Parcelamento ordinário - COFINS (b)	25.693	51.023	25.336	56.647
Parcelamento ordinário - CPMF(b)	1.594	5.313	1.578	5.650
Parcelamento ordinário - INSS(b)	1.116	3.718	1.098	3.934
Parcelamento ordinário - PGFN - PIS(c)	5.115	17.051	5.077	18.193
Parcelamento ordinário - PGFN - COFINS(c)	23.517	78.391	23.342	83.644
Outros	-	-	-	175
<b>Subtotal</b>	<b>75.357</b>	<b>271.434</b>	<b>74.517</b>	<b>287.253</b>
<b>Total de obrigações fiscais Federais</b>	<b>95.043</b>	<b>271.609</b>	<b>114.028</b>	<b>287.253</b>
<b>Obrigações fiscais Estaduais:</b>				
ICMS	35.628	-	52.877	-
<b>Parcelamentos:</b>				
ICMS (d)	47.520	103.537	61.510	111.898
<b>Total de obrigações fiscais Estaduais</b>	<b>83.148</b>	<b>103.537</b>	<b>114.387</b>	<b>111.898</b>
<b>Obrigações fiscais Municipais:</b>				
ISS	1.558	-	1.408	-
<b>Total de obrigações fiscais Municipais</b>	<b>1.558</b>	<b>-</b>	<b>1.408</b>	<b>-</b>
<b>Total de obrigações fiscais</b>	<b>179.750</b>	<b>375.146</b>	<b>229.823</b>	<b>399.151</b>

- (a) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	<u>RFB*</u>	<u>PGFN**</u>	<u>Previdência Social</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo consolidado em 31/12/2012</b>	<b>36.517</b>	<b>68.807</b>	<b>14.125</b>	<b>119.449</b>
Encargos	451	856	175	1.482
Amortizações	(1.381)	(1.487)	(305)	(3.173)
<b>Saldo consolidado em 31/03/2013</b>	<b>35.587</b>	<b>68.176</b>	<b>13.995</b>	<b>117.758</b>
<b>Passivo circulante</b>				<b>12.743</b>
<b>Passivo não circulante</b>				<b>105.014</b>

\* Receita Federal do Brasil

\*\* Procuradoria da Fazenda Nacional

- (b) Parcelamento ordinário – Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS, COFINS, com início em abril de 2011 e término para março de 2016, e INSS com início em agosto de 2012 e com encerramento para julho de 2017, além do CPMF que teve seu início em agosto de 2007 e sua última parcela para julho de 2017, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 31/07/2017.
- (c) Parcelamentos concedidos pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) com prazos de amortização em 60 meses, teve seu início em agosto de 2012 e término para julho de 2017, consolidado em dezembro de 2012. Para este parcelamento, foram oferecidos faturamento médio mensal da Centrais Elétricas do Pará S/A - Celpa. Além de fiança por parte da empresa Equatorial Energia S/A. controladora acionária da CELPA.



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

- (d) Parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, iniciado em maio de 2010 e com encerramento previsto para abril de 2013; 40 meses iniciado em julho de 2011 e com encerramento previsto para outubro de 2014; 60 meses iniciado em dezembro de 2012 com encerramento previsto para novembro de 2017 e 12 meses iniciado em agosto de 2012 e com encerramento previsto para julho de 2013. Os parcelamentos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.

### 22. Taxas regulamentares

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	25.777	26.679
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	49.215	55.000
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	15.039	15.565
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.688	9.932
<b>Total</b>	<b><u>98.719</u></b>	<b><u>107.176</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>14.248</b>	<b>18.916</b>
<b>Não circulante</b>	<b>84.471</b>	<b>88.260</b>

### 23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	818	-	1.311	-
Ministério de Minas e Energia - MME	302	107	416	111
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	12.464	19.339	11.473	19.024
Programa de Eficiência Energética - PEE	27.096	37.103	24.640	36.501
<b>Total</b>	<b><u>40.680</u></b>	<b><u>56.549</u></b>	<b><u>37.840</u></b>	<b><u>55.636</u></b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética--Continuação

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

### 24. Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	31/03/2013			31/12/2012		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cível	61.089	90.243	(29.154)	59.768	16.818	42.950
Tributárias	80	7	73	80	-	80
Trabalhistas	80.615	17.315	63.300	82.307	67.528	14.779
Regulatórias	85.234		85.234	85.234	-	85.234
	<b>227.018</b>	<b>107.565</b>	<b>119.453</b>	<b>227.389</b>	<b>84.346</b>	<b>143.043</b>
<b>Circulante</b>	-	75.988	(75.988)	-	63.734	(63.734)
<b>Não circulante</b>	227.018	31.576	195.442	227.389	20.612	206.777
	<b>227.018</b>	<b>107.564</b>	<b>119.454</b>	<b>227.389</b>	<b>84.346</b>	<b>143.043</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Provisão para contingências--Continuação

#### *Movimentação dos processos no período*

	31/12/2012		31/03/2013	
	Saldo Final	Adição a provisão	Reversão (a)	Saldo Final
Cíveis	59.768	1.322	-	61.090
Tributárias	80	-	-	80
Trabalhistas	82.307	-	(1.693)	80.614
Regulatórias	85.234	-	-	85.234
	<b>227.389</b>	<b>1.322</b>	<b>(1.693)</b>	<b>227.018</b>

	31/12/2011		31/12/2012	
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Reversão (a)	Saldo Final
Cíveis	3.156	59.768	(3.156)	59.768
Tributárias	-	80	-	80
Trabalhistas	45.089	83.676	(46.458)	82.307
Regulatórias	-	85.234	-	85.234
	<b>48.245</b>	<b>228.758</b>	<b>(49.614)</b>	<b>227.389</b>

(a) Reversões realizadas no período.

#### ***Trabalhistas***

Atualmente, o ativo trabalhista é composto por 1.148 reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam 3 (três) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 16 (quatorze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados, quais sejam:

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Provisão para contingências--Continuação**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará e Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará, as quais envolvem valores relevantes e versam sobre os seguintes temas: (i) duração do trabalho (excesso de jornada, concessão de intervalos); (ii) condições de medicina e meio-ambiente do trabalho; (iii) pagamento de adicional de periculosidade; (iv) dano moral decorrente de acidente de trabalho; e (v) implementação das promoções, devidas em decorrência de Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturna sobre a remuneração. A sentença deferiu os pleitos elencados na exordial. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos se encontram em fase de liquidação de sentença. Os processos estão provisionados em R\$ 35.311 e R\$ 4.903.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2013 contemplam provisão de R\$ 80.615 (R\$ 82.307 em 31 de dezembro de 2012).

#### ***Cíveis***

A Companhia figura como parte ré em 5.041 processos cíveis, sendo que 3.409 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2013 contemplam provisão de R\$ 61.090 (R\$ 59.768 em 31 de dezembro de 2012).

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Provisão para contingências--Continuação**

#### ***Tributárias***

A Companhia figura como parte ré em 105 processos tributários os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações tributárias.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2013 contemplam provisão de R\$ 80 (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2012).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica da CELPA e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$ 348.380 e R\$ 975.139 respectivamente em 31 de março de 2013 (R\$ 1.212.241 e R\$974.701, respectivamente em 31 de dezembro de 2012) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, ação cível pública questionando periculosidade e reclamações trabalhistas, na esfera trabalhista.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a Gerência Jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Recuperação judicial**

A CELPA ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13a Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também, a proteger o valor dos ativos da CELPA, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado tendo por base as premissas de transferência para a Equatorial Energia S.A., destacando-se: i)- aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700.000 (setecentos milhões de reais); ii)- a aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição; iii)- a obtenção de parcelamentos para os tributos atualmente em atraso, bem como para os Encargos Sociais em prazo não inferior a 60 (sessenta) meses; e iv)- a repactuação de seu endividamento.

Os credores foram segregados por tipo de crédito, sendo eles: i)- Clube de Paris; ii)- Credores Financeiros em US\$; iii)- Credores Operacionais; iv)- Encargos Setoriais; v)- Entes Públicos; vi)- Financeiros com Recebíveis Vinculados; vii)- Financeiros sem Recebíveis Vinculados; viii)- Com Garantia Real - Dívida em US\$; ix)- Com Garantia Real - Dívida em R\$; e x)- Intragrupos. Os credores trabalhistas foram tratados de forma exclusiva no plano.

Todos os Créditos Sujeito ao Plano foram novados pelo Plano e serão pagos na forma por ele estabelecida. Mediante referida novação, todas as obrigações, covenants, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicáveis, exceto em caso de acordos específicos entre o Credor em questão e a CELPA.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Recuperação judicial--Continuação**

Para a elaboração do fluxo de pagamentos previsto no Plano, inclusive os valores os prazos, foram levados em consideração (i) os valores dos Créditos constantes dos Anexos do Plano e (ii) a capacidade de geração de caixa da CELPA tendo em vista o aporte de recursos previsto no Plano. Dessa forma, a alteração, inclusão ou reclassificação de Créditos, ou qualquer outra discrepância entre os Anexos do Plano e o quadro-geral de credores homologado pelo Juiz da Recuperação, não poderá alterar o fluxo de pagamentos previstos no Plano e o valor total a ser distribuído entre os Credores, aplicando-se, nessas hipóteses, as seguintes previsões:

- a. Na hipótese de novos Créditos, não constantes dos anexos do Plano, serem reconhecidos por decisão judicial ou acordo entre as partes, tais Créditos serão pagos na forma prevista no Plano, com os recursos originalmente destinados ao pagamento dos Credores Financeiros. Tais Créditos serão pagos a partir da data do seu reconhecimento e seus titulares não terão direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.
- b. Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano terem seu valor majorado, seja por decisão judicial ou por acordo entre as partes, tais Créditos continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, alterando-se, porém, o percentual de pagamento dos Credores do mesmo grupo para comportar o pagamento do valor adicional. O valor adicional do Crédito majorado será pago a partir da data do seu reconhecimento e o seu titular não terá direito às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior.
- c. Na hipótese da reclassificação de Créditos constantes dos Anexos do Plano, o valor integral necessário para o pagamento de tais Créditos, conforme forma de pagamento aplicável à classe para qual os Créditos tenham sido reclassificados, será realocado da classe original para a nova classe e fará parte do valor total a ser distribuído para a categoria de Credores em que tais Créditos vierem a se enquadrar. Os Credores da classe original continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a reclassificação do Crédito. O Credor cujo Crédito tenha sido reclassificado não fará jus às diferenças de pagamentos relativas às distribuições que já tiverem sido realizados em data anterior à sua reclassificação.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Recuperação judicial--Continuação**

- d. Na hipótese de Créditos constantes dos Anexos do Plano serem reconhecidos como Créditos Não Sujeitos ao Plano, os valores de tais Créditos serão subtraídos dos valores a serem distribuídos entre os Credores da respectiva categoria e deixarão de ser considerados para quaisquer efeitos. Os Credores da categoria da qual os Créditos forem considerados como Créditos Não Sujeitos ao Plano continuarão a ser pagos na forma prevista no Plano, ajustando-se seus percentuais de pagamento para refletir o novo valor a ser distribuído e o valor dos Créditos remanescentes após a subtração do Crédito Não Sujeito ao Plano.

De acordo com o plano os credores Trabalhistas serão pagos em uma única parcela, os credores Operacionais e os de Encargos Setoriais em até 60 parcelas, os demais credores tiveram uma repactuação de prazos significativamente mais extensa, o que permitirá à Companhia um fôlego financeiro para sua recuperação. O processo de recuperação judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento de CELPA, desde que 1- esse encerramento seja aprovado pela maioria simples dos Créditos presentes na Assembléia de Credores; ou 2- todas as obrigações do Plano que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação do Plano sejam cumpridas. Os saldos apresentados no balanço patrimonial, nestas informações contábeis trimestrais, são R\$ 8.963 como passivo circulante e R\$ 410.221 como passivo não circulante (R\$ 8.963 e R\$ 409.530 no passivo circulante e passivo não circulante em 31 de dezembro 2012).



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Outras contas a pagar

	31/03/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Convênios de arrecadação	2.158	-	2.161	-
Adiantamento de consumidores	27.788	-	31.689	-
Entidades seguradoras	341	-	584	-
Benefícios a aposentados	4.135	-	4.135	-
Encargos ex-isolados	721	-	1.065	-
Encargos tarifários	1.267	-	1.266	-
Subvenção PIS - CCC	-	12.962	-	12.962
Subvenção COFINS - CCC	-	59.706	-	59.706
Taxa de iluminação pública	13.333	-	20.650	-
ANEEL - Autos de Infração	5.044	17.234	4.525	18.110
Multas regulatórias (a)	43.944	-	43.944	-
Benefícios pós-emprego	7.131	-	6.119	-
Participação nos lucros	-	-	116	-
Outras contas a pagar	32.230	3.098	48.551	3.097
<b>Total</b>	<b>138.091</b>	<b>93.001</b>	<b>164.805</b>	<b>93.875</b>

- (a) Refere-se a passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Companhia ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembléia de credores nos prazos e condições legais estabelecidas no plano de Recuperação Judicial aprovado.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 518.932, representado por 63.850.934 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 59.397.496 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe "A"; 1.085.373 preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 preferenciais Classe "C", cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
Equatorial Energia	38.717.480	65,18%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	39.179.397	61,36%
Eletrobrás	20.664.721	34,79%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	34,24%
Outros	15.295	0,03%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	2.810.843	0
<b>Total</b>	<b>59.397.496</b>	<b>93,03%</b>	<b>2.166.816</b>	<b>3,39%</b>	<b>1.085.373</b>	<b>1,70%</b>	<b>1.201.249</b>	<b>1,88%</b>	<b>63.850.934</b>	<b>100,00%</b>

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia autorizaram o aumento do seu capital social em até 572.000.000,00 (quinhentos e setenta e dois milhões de reais), mediante emissão de até 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão por ação ordinária foi fixado em R\$ 0,22 (vinte e dois centavos) por ação.

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

- Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Patrimônio líquido--Continuação

c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;

d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

- Ações preferenciais classe "A" - 6%
- Ações preferenciais classe "B" - 10%
- Ações preferenciais classe "C" - 3%

### 28. Receita líquida de vendas

#### a. Receita operacional bruta

Em 31 de março de 2013 e 2012, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/3/2013			31/3/2012		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.659.982	629.910	254.679	1.551.537	597.388	276.212
Industrial	3.809	286.923	89.564	3.697	325.249	99.680
Comercial	147.963	371.956	168.879	137.802	343.967	158.498
Rural	120.197	46.853	14.240	121.468	45.629	13.890
Poder público	17.674	103.869	44.734	17.011	100.161	43.694
Iluminação pública	377	68.277	18.722	379	66.033	17.944
Serviço público	1.776	58.268	15.280	1.693	58.039	15.494
Consumo próprio	261	6.156	-	271	8.045	-
Receita pela Disponibilidade- Uso da Rede	-	-	4.268	-	-	4.581
Suprimento CCEE	-	-	-	-	-	27.046
Baixa renda	-	-	18.649	-	-	11.925
Receita de construção	-	-	88.052	-	-	109.551
Outras	-	-	20.768	-	-	4.040
<b>Total</b>	<b>1.952.039</b>	<b>1.572.212</b>	<b>737.835</b>	<b>1.833.858</b>	<b>1.544.511</b>	<b>782.555</b>

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Receita líquida de vendas--Continuação

No primeiro trimestre de 2013, tivemos uma redução na receita de fornecimento devido a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, decorrente da Medida Provisória nº 579/2012, de 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783/2013 e homologada através da Resolução Homologatória nº 1.467/2013 de 24 de janeiro de 2013 cujo efeito médio em nossas tarifas foi de 18,3%

#### b. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/3/2012</u>
<b>Receita bruta operacional</b>		
Fornecimento de energia elétrica	639.346	637.341
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	4.268	4.581
Suprimento de energia elétrica	-	27.046
Receita de construção	88.052	109.551
Outras receitas	6.169	4.036
	<u>737.835</u>	<u>782.555</u>
<b>Deduções à receita operacional bruta</b>		
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(137.492)	(133.645)
PIS e COFINS	(59.649)	(62.966)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(13.188)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.088)	(2.097)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.094)	(3.950)
Conta de consumo de combustível - CCC	(4.063)	(21.923)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.088)	(2.097)
Outros encargos	(1.253)	(1.258)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<u>(207.727)</u>	<u>(241.125)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<u>530.108</u>	<u>541.430</u>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Receita líquida de vendas--Continuação

- (a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### 29. Despesas com vendas

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Despesas com vendas	
	31/3/2013	31/3/2012
<b>Despesas:</b>		
Pessoal	-	140
Material	290	184
Serviço de terceiros	22.217	22.148
Recuperação de despesas	(2.770)	(3.922)
Outros	2.773	4.032
<b>Subtotal de despesas</b>	<b>22.510</b>	<b>22.582</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Despesas administrativas

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<b>Despesas administrativas</b>	
	<b>31/3/2013</b>	<b>31/3/2012</b>
<b>Despesas:</b>		
Pessoal	13.782	8.833
Material	1.625	2.032
Serviço de terceiros	27.237	9.732
Arrendamentos e aluguéis	1.210	1.630
Outros	2.130	1.053
<b>Subtotal de despesas</b>	<b>45.984</b>	<b>23.280</b>

### 31. Resultado financeiro

	<b>31/03/2013</b>	<b>31/03/2012</b>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Rendas financeiras	4.831	12.504
Acréscimo moratório de venda de energia	14.089	9.502
Descontos obtidos	-	-
Variações monetárias	23.566	58.080
Ajuste a valor presente	9.407	18.490
Outras receitas	-	3.373
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>51.893</b>	<b>101.949</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Variações monetárias e cambiais	(3.781)	(37.825)
Encargos de dívidas	(33.731)	(41.942)
Multas por violação de metas/transgressão de faixa	(15.155)	(43.642)
Multas moratórias e compensatórias	(2.162)	(29.782)
Juros passivos	(1.160)	(11.157)
Outras despesas	(10.034)	(31.944)
<b>Subtotal</b>	<b>(66.023)</b>	<b>(196.292)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(14.130)</b>	<b>(94.343)</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Energia elétrica comprada para revenda

	<u>31/3/2013</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2013</u>	<u>31/3/2012</u>
Energia de leilão	2.162.798	2.146.415	197.111	208.195
Energia bilateral	53.404	53.060	9.999	7.831
Energia de curto prazo - CCEE	261.969	61.204	111.101	35.023
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	38.838	40.944	13.641	8.581
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(20.366)	(15.451)
<b>Total</b>	<b><u>2.517.009</u></b>	<b><u>2.301.623</u></b>	<b><u>311.486</u></b>	<b><u>244.179</u></b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Prejuízo por ação

Cálculo de prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação).

<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	<b>31/3/2013</b>	<b>31/3/2012</b>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo líquido do período	(56.608)	(80.787)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
	<b>63.851</b>	<b>63.851</b>
<b>Denominador (em milhares de ações) - ajustado</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
Média ponderada de número de ações preferencias classe A (considerando efeito de remuneração adicional de 6%)	2.297	2.297
Média ponderada de número de ações preferencias classe B (considerando efeito de remuneração adicional de 10%)	1.194	1.194
Média ponderada de número de ações preferencias classe C (considerando efeito de remuneração adicional de 3%)	1.237	1.237
<b>Denominador para resultado por ação</b>	<b>64.126</b>	<b>64.126</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Ações ordinárias	(0,883)	(1,260)
Ações preferencias classe A	(0,936)	(1,335)
Ações preferencias classe B	(0,971)	(1,386)
Ações preferencias classe C	(0,909)	(1,298)



## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **34. Plano de aposentadoria e pensão**

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Em razão da mudança do controle acionário da Companhia, encontra-se em andamento avaliação objetivando apontar a melhor alternativa quanto a Entidade de Previdência Complementar a ser patrocinada pela Celpa.

Os planos de benefícios instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

#### **a. Plano de Benefícios CELPA BD-I:**

Instituído em 30/07/1982, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. Esse plano encontra-se bloqueado para novas adesões desde 1/1/1998. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão; e, complementação do abono anual.

#### **b. Plano de Benefícios CELPA BD-II:**

Instituído em 1/1/1998, encontra-se bloqueado a novas adesões de participantes desde 1/4/2000, quando foi instituído os Planos Celpa-OP e R. O Plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, assistidos e pela patrocinadora. Assegura os seguintes benefícios: complementação de aposentadoria por invalidez; complementação de aposentadoria por idade; complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; complementação de aposentadoria especial; complementação de pensão por morte; e, complementação do abono anual.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **34. Plano de aposentadoria e pensão--Continuação**

#### **c. Plano de Benefícios - R:**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. – CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **34. Plano de aposentadoria e pensão--Continuação**

#### **d. Plano de Benefícios CELPA-OP:**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA – R, CEMAT – R e ELÉTRICAS – R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: Suplementação do Auxílio-Doença; Suplementação da Aposentadoria por Invalidez; Suplementação da Pensão por Morte; Abono Anual; e, Pecúlio por Morte. O Plano R é custeado exclusivamente pela CELPA, demais patrocinadores e participantes autopatrocinados, conforme previsto no Regulamento do Plano.

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

### **35. Instrumentos financeiros**

#### **a. Considerações gerais**

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b. Política de utilização de derivativos

A CELPA apenas utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras, ambos através de operações de SWAP. Atualmente, a CELPA possui uma operação SWAP com seu controlador Equatorial Energia.

#### c. Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

	31/03/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	239.762	239.762	68.850	68.850
Investimentos de curto prazo	204.363	204.363	363.039	363.039
Contas a receber de clientes	443.984	443.984	571.398	571.398
Depósitos judiciais	107.564	107.564	84.346	84.346
Ativo financeiro - bens da concessão	459.977	459.977	428.241	428.241
Sub-rogação CCC	212.704	212.704	211.699	211.699
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	556.912	556.912	280.564	280.564
Empréstimos e financiamentos	1.912.579	1.912.579	1.892.984	1.892.984
Partes relacionadas	295.658	295.658	303.220	303.220
Derivativos	4.958	4.958	248	248

- **Investimentos de curto prazo** – são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.
- **Contas a receber de clientes** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c. Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

- **Ativo financeiro de concessão** – são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Swaps** – são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis.

#### d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e. *Fatores de risco - Instrução CVM nº 475*

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.
- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota nº 20.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, quem em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.
- **Risco Cambial**– Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 9,43% de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2012 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Empréstimos e Financiamentos	USD	2.437	(168.549)	(339.535)	173.423	344.409
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/3/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,01	2,52	3,02	1,51	1,01

Visando proteção cambial, a CELPA pactuou com a Equatorial Energia um SWAP para proteção cambial dos Bonds cedidos à Equatorial, que fechou em 31 de março de 2013 com perda de R\$4.958, sendo o BTG Pactual o "AGENTE DE CÁLCULO" da operação. Com a operação a CELPA figura como ativa em dólar e passiva em CDI.

Abaixo os detalhes da operação:

Operação CETIP: 12L00016060

Valor base montante do contrato: R\$93.678

Data de início: 14/12/2012

Data de vencimento: 28/05/2013

Parâmetros para atualização:

EQUATORIAL: 100% CDIE (Código 03 do CETIP)

CELPA: CELPBZ 10 (Código 5107 do CETIP) através da seguinte fórmula = (Cotação Final x PTXV Final) / (Cotação Inicial x Taxa de Câmbio Inicial)

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Onde:

Ativo Objeto: CELPBZ 10 ½ 06/03/16 Corp, ISIN: USP22826AA23

Valor de face do Ativo Objeto: US\$250,000

Cotação Inicial: 17,929 (Preço de abertura da posição do Ativo Objeto)

Cotação Final: Preço de fechamento do Ativo Objeto em 24/05/2013;

PTXV: Taxa de câmbio de Venda divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da transação PTAX800, Opção 5, Tipo A, Código 220. Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BTG Pactual.

Taxa de Câmbio Inicial: 2.090000

PTXV Final: PTXV em 27/05/2013

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de hedge de risco demercado (a)	Indexadores	Vencimento	31/03/2013	31/12/2012
<b>Swap EQUATORIAL</b>				
Ponta ativa	US\$	28/03/2013	90.483	93.678
Ponta passiva	CDIE	28/03/2013	95.441	93.926
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>(4.958)</b>	<b>(248)</b>

- **Risco de vencimento antecipado** - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.



## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros-** As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>						
Aplicações Financeiras	CDI	1.179	1.474	1.769	884	590
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	7.425	(3.172)	(13.769)	18.022	28.619
	TJLP	(1)	(36)	(71)	34	69
	IGPM	1.086	(2.410)	(5.906)	4.582	8.078
<b>Referência para ATIVOS e PASSIVO:</b>		<b>Taxa em 31/03/2013</b>	<b>Cenário II + 25%</b>	<b>Cenário III + 50%</b>	<b>Cenário IV - 25%</b>	<b>Cenário V - 50%</b>
CDI (% ano)		7,51	9,39	11,26	5,63	3,75
TJLP (% ano)		5,75	7,19	8,62	4,31	2,87
IGP-M (% ano)		8,06	10,08	12,09	6,05	4,03

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e. Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da controlada CELPA é demonstrada abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(166.449)	(126.917)
Cenário III	(332.898)	(253.834)
Cenário IV	166.449	205.980
Cenário V	332.898	411.961

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Instrumentos financeiros--Continuação

#### f. *Gestão do capital*

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

### 36. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
	2011 a 2042	1.265.710	1.204.382	1.209.529	1.310.538	1.442.001	6.461.691

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **37. Segmento de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

### **38. Questões ambientais (\*)**

A gestão ambiental dos processos da Companhia é balizada na Política de Sustentabilidade existente na empresa e inclui os Sistemas de Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança do Trabalho.

No ano de 2013, foi dada continuidade ao processo de saneamento ambiental das usinas desativadas da celpa, iniciado em 2002, contando com o acompanhamento da secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará, as áreas que estão sendo saneadas são as Usinas Deseletricas-UDE's de Ponta de Pedras e Bagre, ambas localizadas no arquipélago do Marajó. O processo de saneamento é lento e minucioso, necessitando, em média, nove meses para sua execução.

Atendendo à legislação, os resíduos gerados nos processos produtivos da CELPA são controlados e destinados de acordo com sua especificação, no período deste relatório a celpa destinou adequadamente 6.000 L para reciclagem.

No período a Celpa recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA a Licença Prévia para o “Projeto Linhão Marajó Fase-II” indicando a viabilidade ambiental do projeto

(\*) Informações não auditadas.

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 39. Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos:

<b>ATIVO</b>	<b>31/03/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	3.608	5.429
Outros componentes financeiros da tarifa	61.954	76.504
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>65.562</b>	<b>81.933</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	96.250	48.978
Outros componentes financeiros da tarifa	29.285	27.581
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>125.535</b>	<b>76.559</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>191.097</b>	<b>158.492</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	4.764	7.174
Outros componentes financeiros da tarifa	13.989	21.243
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>18.753</b>	<b>28.417</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	680	17.870
Outros componentes financeiros da tarifa		-
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>680</b>	<b>17.870</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19.433</b>	<b>46.287</b>

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação  
31 de março de 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 40. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

<b>Ramo do Seguro</b>	<b>Vencimento das Apólices</b>	<b>Importância Segurada</b>	<b>Prêmio Total</b>
Aeronáutico	15/10/2013	104.628	44
Fluvial	03/07/2013	316	19
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/11/2013	20.000	484
Riscos Operacionais	30/11/2013	234.630	323
Automóvel	30/12/2013	(a)	162
Compreensivo Empresarial	15/04/2013	5.952	1
Seguro Garantia	(b)	51.045	933

(a) 384 veículos segurados, conforme apólice.

(b) 06 apólices

## **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **41. Evento subsequente**

- a) Em 19 de abril de 2013, os acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral Extraordinária homologaram parcialmente o aumento do seu Capital Social no valor de R\$ 405.591 mil, mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$0,22 por ação, conforme aprovado em Assembléia Geral realizada em 26 de dezembro de 2012.

Após o aumento de capital mencionado acima, o Capital Social da Companhia passou a ser representada por 1.907.449.807 ações, sendo que a Equatorial Energia S.A. passou a ser detentora de 96,4% do capital votante e 96,2% do capital total da Companhia.

- b) Nos termos do decreto 7.945/2013 será repassado pela Eletrobrás à CELPA, por conta da subvenção CDE, o valor de R\$39.137 correspondente ao mês de janeiro (despacho nº 954 de 02 de abril de 2013), e R\$65.877 corresponde às competências de janeiro, fevereiro e março (despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013), totalizando R\$ 105.014.

\* \* \*

**Belém, 15 de maio de 2013** - As Centras Elétricas do Pará S/A (Celpa), concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Pará, anuncia hoje os seus resultados do primeiro trimestre de 2013 (1T13). As informações não financeiras da Celpa, as relacionadas ao Programa Luz Para Todos (PLPT) assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

**DEMANDA TRIMESTRAL DE ENERGIA DA CELPA CRESCE 3,9%.  
INDICADORES TRIMESTRAIS DE QUALIDADE DEC E FEC MELHORAM 24,7% E 22,4%, RESPECTIVAMENTE.**

**1. DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

- ▶ O **volume de energia** distribuída pela Celpa cresceu 3,9% neste trimestre, atingindo 1.650 GWh. A energia faturada no mercado cativo apresentou crescimento de 1,9%.
- ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** decresceu 2,1% no 1T13, totalizando R\$530,1 milhões, em virtude da queda da Receita de Construção e dos efeitos pela implementação da MP 579.
- ▶ O **EBITDA societário (IFRS)** do 1T13 foi negativo em R\$17,4 milhões. Se considerarmos o EBITDA societário (IFRS) mais a formação ou amortização dos ativos e passivos regulatórios líquidos, o EBITDA ajustado atingiria R\$ 42,1 milhões, crescimento de 67,3% em relação ao valor ajustado do 1T12.
- ▶ O **Prejuízo Líquido societário** registrado no 1T13 atingiu R\$56,6 milhões, valor 33,1% inferior ao prejuízo apresentado no 1T12. Se considerarmos a formação ou amortização de ativos e passivos regulatórios, o Lucro Líquido Ajustado do trimestre seria positivo em R\$2,9 milhões.
- ▶ Os **investimentos** da Celpa (excluindo investimentos diretos relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT) somaram R\$83,3 milhões no 1T13, queda de 39,7% em relação aos investimentos realizados no 1T12.
- ▶ No 1T13, os índices de **DEC e FEC** da Celpa (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 94,1 horas e 47,7 vezes, melhoras de 7,0% e 9,0%, respectivamente, quando comparados aos índices observados ao final do 1T12. Analisando os indicadores para o trimestre, é possível observar melhoras de 24,7% e 22,4% respectivamente.
- ▶ As **perdas totais de energia** dos últimos 12 meses encerrados no 1T13 representaram 35,9% da energia requerida, representando aumento de 3,7 p.p. em relação aos 32,2% verificados no 1T12.
- ▶ Em 19 de abril de 2013, a Assembleia Geral da Companhia homologou parcialmente o seu Aumento de Capital, que passou a ser representado por 1.907.449.807 ações. Após esta homologação, a Equatorial Energia passou a deter 96,18% do capital total da Celpa.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	1T12	4T12	1T13	Var.
Receita Operacional Líquida (ROL)	541,4	637,1	530,1	-2,1%
EBITDA	47,6	(376,6)	(17,4)	-136,5%
Margem EBITDA (% ROL)	8,8%	-59,1%	-3,3%	-12,1 p.p.
EBITDA (últ. 12 meses)	263,6	(355,4)	(419,7)	-259,2%
Resultado Operacional	(83,7)	(397,6)	(63,4)	-24,3%
Margem Operacional (% ROL)	-15,5%	-62,4%	-12,0%	3,5 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(84,7)	(262,2)	(56,6)	-33,1%
Margem Líquida (% ROL)	-15,6%	-41,2%	-10,7%	4,9 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação (R\$)	(1,33)	(4,11)	(0,89)	-33,1%
Investimentos CELPA (Ex. PLPT)	138,2	57,5	83,3	-39,7%
Investimentos Diretos PLPT	16,6	5,0	2,6	-84,2%
Dívida Líquida	1.400,9	1.137,2	1.084,1	-22,6%
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	5,3 x	N/A	N/A	N/A

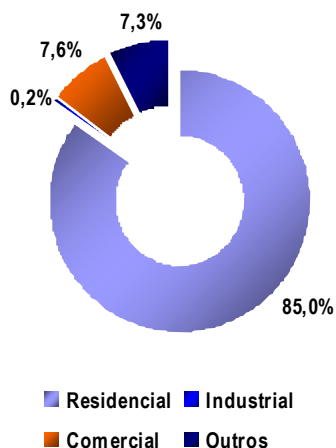
DADOS OPERACIONAIS	1T12	4T12	1T13	Var.
Energia Vendida (MWh sem cons. próprio)	1.536.466	1.646.511	1.566.057	1,9%
Energia Distribuído (Merc. Cativo + Livre)	1.588.379	1.731.627	1.649.913	3,9%
Nº de Consumidores	1.833.858	1.931.484	1.952.039	6,4%



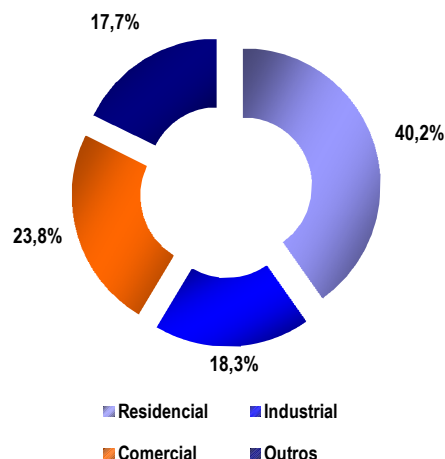
## 2. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ

### 2.1. VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Base de Clientes (% por Classe) – 1T13



Energia Vendida (% por Classe) – 1T13



No 1T13, as vendas de energia para o mercado cativo cresceram 1,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 1.566 GWh. Tal crescimento pode ser explicado principalmente pelas condições climáticas registradas no Estado, com temperaturas médias próximas àquelas registradas no ano anterior e ocorrência de menor volume de chuvas. O fraco desempenho da classe industrial pode ser explicado pela retração no consumo dos principais ramos de atividade industrial no Pará (metalurgia, minerais não metálicos, extração/tratamento de minerais e bebidas). O aumento no nível de perdas de energia mitiga o crescimento do volume vendido às classes.

CLASSE DE CONSUMO * (MWh)	1T12	4T12	1T13	Var.
Residencial	597.388	658.352	629.910	5,4%
Industrial	325.249	296.871	286.923	-11,8%
Comercial	343.967	389.469	371.956	8,1%
Outros	269.862	301.819	277.267	2,7%
<b>TOTAL (Cativo)</b>	<b>1.536.466</b>	<b>1.646.511</b>	<b>1.566.057</b>	<b>1,9%</b>
Consumidores Livres	51.914	85.117	83.857	61,5%
<b>TOTAL (Cativo + Livres)</b>	<b>1.588.379</b>	<b>1.731.627</b>	<b>1.649.913</b>	<b>3,9%</b>

(\*) Não inclui consumo próprio

No 1T13, a carga da Celpa apresentou crescimento de 9,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto as cargas nacional e da região Norte variaram -3,0% e -4,3%, respectivamente.

GWh	1T12	4T12	1T13	Var.
Carga Brasil (*)	131.991	130.672	128.061	-3,0%
Carga Norte (*)	8.905	8.900	8.521	-4,3%
Carga CELPA (*)	2.384	2.760	2.612	9,6%

(\*) Dados referente ao Sistema Interligado Nacional  
Fonte: ONS e CELPA

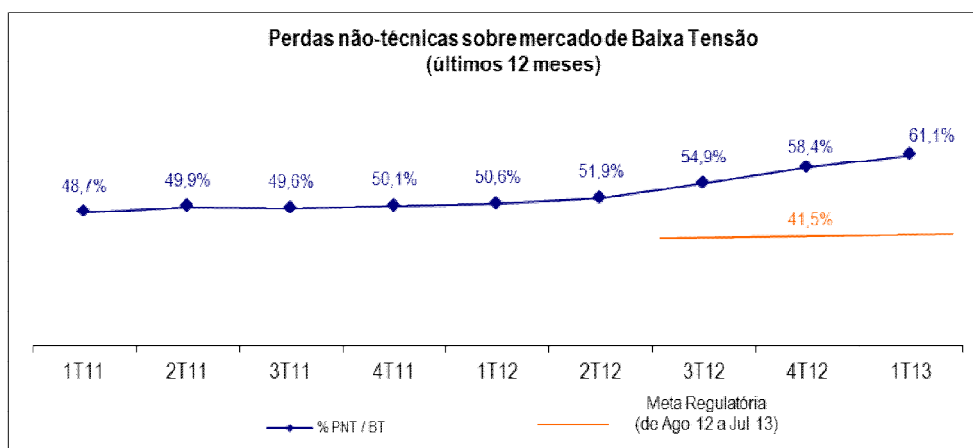
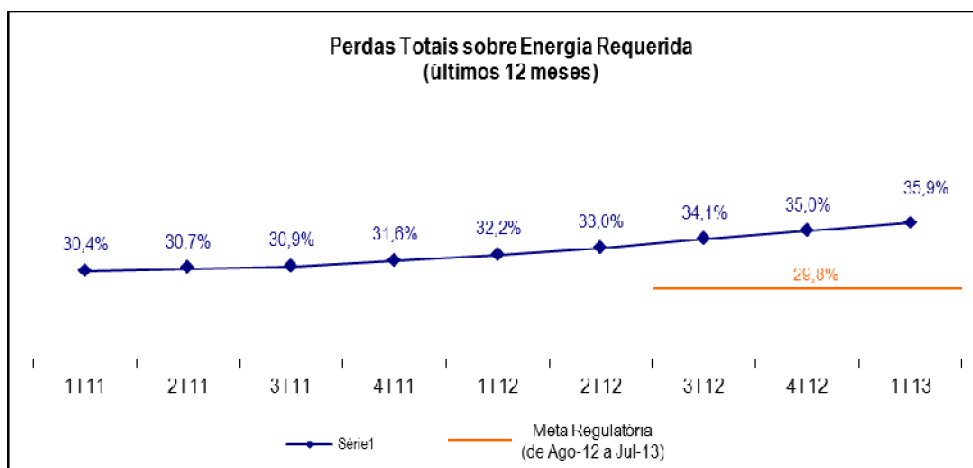
### 2.2. BALANÇO ENERGÉTICO

O volume de energia requerida pelo sistema da Celpa alcançou 2.529 GWh no 1T13, apresentando crescimento de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de energia vendida no trimestre cresceu 1,8% em relação ao 1T12.

Bal. Energético (MWh)	1T12	2T12	1T13	Var.
Energia Vendida (Cativo + Cons. Próprio)	1.544.511	1.591.187	1.572.212	1,8%
Perdas Totais	787.912	860.770	956.065	21,3%
<b>Energia Requerida</b>	<b>2.332.437</b>	<b>2.451.949</b>	<b>2.528.196</b>	<b>8,4%</b>
Geração Própria	90.058	96.741	102.633	14,0%
Compra de Energia (Contratos)	2.300.136	2.407.254	2.231.622	-3,0%
Compra de Energia (Spot)	61.204	60.005	247.460	304,3%
Perdas na Rede Básica	-118.961	-112.050	-53.519	-55,0%

### 2.3. PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrados no 1T13 representaram 35,9% da energia requerida, ao passo que as perdas não-técnicas sobre o mercado de Baixa Tensão atingiram 61,1%, aproximadamente 18,7 p.p. acima do patamar regulatório estabelecido pela ANEEL no Plano de Transição aprovado pela agência em setembro de 2012.

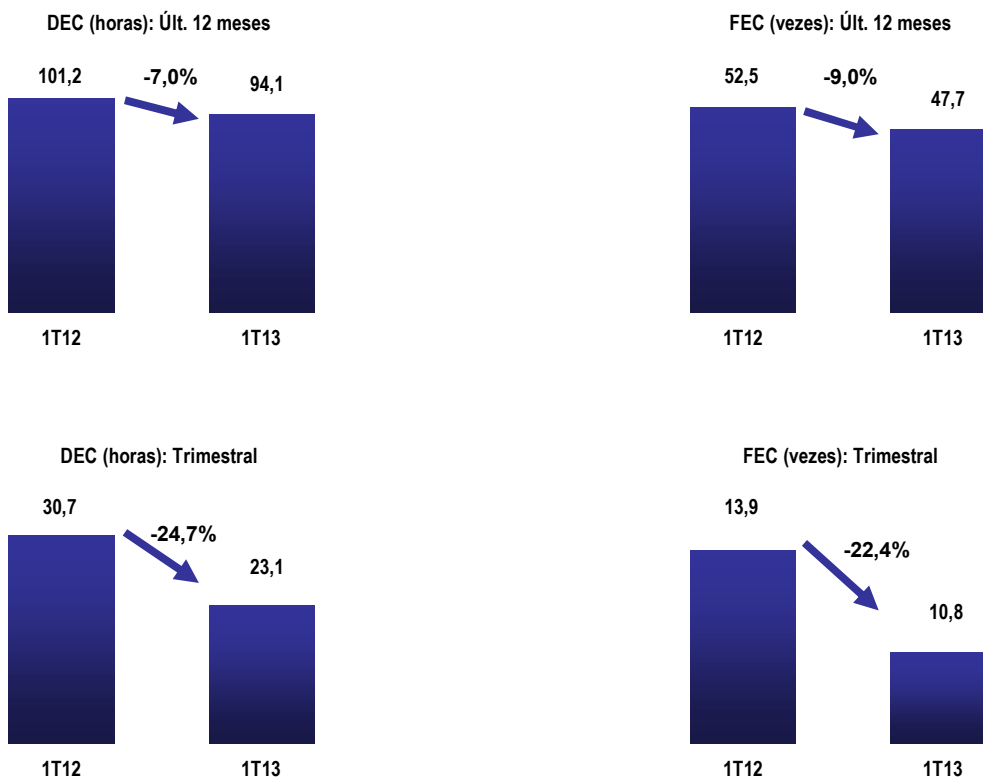


### 2.4. QUALIDADE DO SERVIÇO (DEC E FEC)

O nível da qualidade e da eficiência do sistema de distribuição é medido pelos índices de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a duração média das interrupções, em horas por cliente por período) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que mede a frequência das interrupções, em número de interrupções por cliente por período).

Ao final do 1T13, o DEC acumulado dos últimos 12 meses alcançou 94,1 horas, que comparado às 101,2 horas do final do 1T12, representou redução de 7,0%. O indicador FEC (acumulado dos últimos 12 meses) do final do 1T13, foi de 47,7 vezes, representando redução de 9,0% em relação ao índice do fechamento do 1T12.

Analisando o DEC e FEC apenas para o período trimestral, já é possível observar melhoras de 24,7% e 22,4%, respectivamente. Apesar de estar sujeito à sazonalidade por estarmos analisando um período inferior a 12 meses, acreditamos que tal redução já reflete o início da nova gestão da Companhia.



## 2.5. CUSTO MÉDIO DE COMPRA DE ENERGIA

No 1T13, o custo médio de compra de energia líquido de PIS/COFINS (excluindo custos de transporte e contabilizações de CVA) foi de R\$137,4 por MWh, representando crescimento de 37,1% em relação ao 1T12. O aumento no custo médio é explicado por: (i) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, em agosto de 2012, e (ii) despacho de usinas termelétricas. Em contrapartida, também houve redução da tarifa média de compra de energia em virtude dos efeitos da MP 579. Vale ressaltar que os custos de compra de energia são repassados à tarifa de venda de energia, uma vez que fazem parte da Parcela A (custos não gerenciáveis).

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1T12	4T12	1T13	Var.
Energia Comprada* (R\$MM)	224,6	330,0	309,8	37,9%
MWh Contratado	2.240.419	2.630.794	2.255.040	0,7%
<b>R\$/MWh</b>	<b>100,3</b>	<b>125,4</b>	<b>137,4</b>	<b>37,1%</b>

\* Líquida de PIS/COFINS

## 2.6. ENERGIA CONTRATADA

No encerramento do 1T13, a posição de energia contratada da Celpa para o período de 2013 a 2017 apresentava a distribuição demonstrada na tabela a seguir. Os montantes abaixo incluem a energia contratada nos leilões de energia nova A-3 e A-5, realizados em setembro de 2008, assim como a energia contratada no Leilão da Usina de Jirau (contrato de 30 anos, iniciando no ano 2013).

CONTRATOS (MWh)	2013	2014	2015	2016	2017
<b>TOTAL - MWh</b>	<b>9.982.387</b>	<b>8.099.653</b>	<b>8.058.712</b>	<b>8.148.522</b>	<b>8.674.663</b>

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 3.1. RECEITA OPERACIONAL

No 1T13, a Receita Bruta de venda de energia decresceu 3,1%, influenciada principalmente pelos reflexos da implementação da MP 579 e queda na Receita de Construção do trimestre. Já a Receita Líquida atingiu R\$530,1 milhões (R\$442,0 milhões, desconsiderando a Receita de Construção), queda de 2,1% (2,4% de crescimento sem Rec. de Construção) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

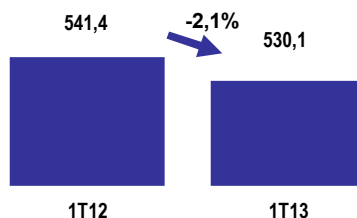
Com a convergência das regras contábeis brasileiras com os padrões internacionais (IFRS), a partir de 2010 passou a ser reconhecida na Receita Bruta a Receita de Construção, com impacto na ROL, porém sem impacto no EBITDA ou Lucro Líquido pois o mesmo valor é deduzido em linha específica dentro dos Custos Não-Gerenciáveis. Neste trimestre foram reconhecidos R\$88,1 milhões, ao passo que no 1T12 foram reconhecidos R\$109,6 milhões.

ANÁLISE DA RECEITA	1T12	4T12	1T13	Var.
<b>Volume de Vendas (MWh)*</b>	<b>1.536.466</b>	<b>1.646.511</b>	<b>1.566.057</b>	<b>1,9%</b>
<b>No. de Clientes**</b>	<b>1.833.858</b>	<b>1.931.484</b>	<b>1.952.039</b>	<b>6,4%</b>
<b>KWh por Cliente (no período)</b>	<b>837,8</b>	<b>852,5</b>	<b>802,3</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Receita Bruta de Fornecimento de Energia (R\$ MM)</b>	<b>625,4</b>	<b>793,0</b>	<b>606,1</b>	<b>-3,1%</b>
Residencial	276,2	330,5	254,7	-7,8%
Industrial	99,7	118,2	89,6	-10,1%
Comercial	158,5	217,4	168,9	6,5%
Outras Classes	91,0	127,0	93,0	2,1%
<b>Suprimento (R\$ MM)</b>	<b>27,0</b>	<b>2,3</b>	<b>-</b>	<b>N/A</b>
<b>Outras Receitas (R\$ MM)</b>	<b>20,5</b>	<b>32,1</b>	<b>43,7</b>	<b>112,7%</b>
Subvenção Baixa Renda	11,9	20,9	33,3	178,9%
Uso da Rede	4,6	6,1	4,3	-6,8%
Outras Receitas Operacionais	4,0	5,2	6,2	52,8%
<b>Receita de Construção</b>	<b>109,6</b>	<b>87,2</b>	<b>88,1</b>	<b>-19,6%</b>
<b>Deduções à Receita (R\$ MM)</b>	<b>(241,1)</b>	<b>(277,5)</b>	<b>(207,7)</b>	<b>-13,9%</b>
<b>Receita Operacional Líquida (R\$ MM)</b>	<b>541,4</b>	<b>637,1</b>	<b>530,1</b>	<b>-2,1%</b>

\* Exclui Consumo Próprio e Consumidores Livre

\*\* Exclui unidades consumidoras próprias e Livres

Receita Líquida - trimestral (R\$MM)



#### 3.2. EBITDA

No 1T13, o EBITDA Societário de acordo com o IFRS apresentado foi negativo em R\$17,4 milhões, versus um valor positivo de R\$47,6 milhões no 1T12. O valor registrado neste trimestre foi fortemente impactado pelos custos referentes ao despacho das usinas térmicas. Se considerarmos a formação (ou amortização) de ativos e passivos regulatórios líquidos, o EBITDA do trimestre seria de R\$42,1 milhões, crescimento de 67,3% em relação ao valor do mesmo trimestre do ano anterior.

EBITDA (R\$ milhões)	1T12	4T12	1T13	Var.
Resultado do Serviço	10,6	(444,4)	(49,3)	N/A
Depreciação e Amortização	34,6	35,7	31,2	-10,0%
<b>EBITDA Societário (CVM)</b>	<b>45,2</b>	<b>(408,8)</b>	<b>(18,1)</b>	<b>N/A</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2,4	32,2	0,7	N/A
<b>EBITDA Societário (IFRS)</b>	<b>47,6</b>	<b>(376,6)</b>	<b>(17,4)</b>	<b>N/A</b>
Formação (Amortização) de Ativos Regulatórios	(22,4)	5,7	59,5	N/A
<b>EBITDA IFRS + Ativos Regulatórios Líquidos</b>	<b>25,2</b>	<b>(370,9)</b>	<b>42,1</b>	<b>67,3%</b>

### 3.3. RESULTADO LÍQUIDO

No 1T13, a Celpa apresentou prejuízo líquido de R\$56,6 milhões, menor 33,1% em relação ao prejuízo de R\$84,7 milhões apresentado no 1T12. Se considerarmos a constituição ou amortização de ativos e passivos regulatórios, o resultado líquido do 1T13 teria sido positivo em R\$2,9 milhões, versus um prejuízo líquido de R\$107,1 milhões no 1T12.

LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO (R\$ milhões)	1T12	4T12	1T13	Var.
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>(84,7)</b>	<b>(262,2)</b>	<b>(56,6)</b>	<b>-33,1%</b>
Formação (Amortização) de Ativos Regulatórios	(22,4)	5,7	59,5	N/A
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido IFRS + Ativos Regulatórios Líquidos</b>	<b>(107,1)</b>	<b>(256,5)</b>	<b>2,9</b>	<b>N/A</b>

Com a adaptação das regras contábeis brasileiras ao IFRS, os ativos e passivos regulatórios do setor deixaram de ser registrados nos balanços da Companhia. Entretanto, tais valores continuam sendo considerados pela ANEEL quando do cálculo dos Componentes Financeiros a cada Reajuste Anual ou Revisão Periódica.

Abaixo, abrimos os componentes dos Ativos e Passivos Regulatórios por trimestre na Celpa desde o 1T12.

Ativos Regulatórios	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
<b>Saldo Inicial</b>					
<b>Constituição CVAs</b>	<b>75.660</b>	<b>88.037</b>	<b>37.272</b>	<b>48.978</b>	<b>96.250</b>
CCC	2.523	2.523	2.626	2.671	3.014
CDE	1.675	2.779	623	634	-
Proinfra	1.882	3.002	4.321	4.948	6.143
ESS	20.042	18.287	6.586	9.650	29.510
Rede Básica	2.383	1.021	2.995	3.102	-
Compra	47.155	60.427	20.120	27.974	57.583
<b>Amortização CVAs</b>	<b>940</b>	<b>278</b>	<b>7.582</b>	<b>5.429</b>	<b>3.608</b>
CDE	-	-	1.274	912	607
Proinfra	-	-	1.468	1.052	699
Compra	940	278	4.840	3.465	2.302
<b>Outros Ativos Regulatórios</b>	<b>57.605</b>	<b>55.382</b>	<b>118.531</b>	<b>104.085</b>	<b>91.238</b>
Diferim.Repos.Tarifária	-	-	47.050	33.417	22.007
Recuperação dos 3% excedentes	-	-	12.947	9.195	6.055
Dif.gastos manual contr.patrimonial	32.880	32.099	33.497	33.892	33.892
Diferim.estorno crédito ICMS	11.874	11.874	11.874	11.874	11.874
Difer.ICMS saídas isentas O.Diesel	12.851	11.408	13.163	15.707	17.410
<b>Saldo Final</b>	<b>134.205</b>	<b>143.697</b>	<b>163.385</b>	<b>158.492</b>	<b>191.096</b>

Passivos Regulatórios	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
<b>Saldo Inicial</b>					
<b>Constituição CVAs</b>	<b>(67.350)</b>	<b>(40.741)</b>	<b>(16.949)</b>	<b>(17.870)</b>	<b>(680)</b>
Compra de Energia	(42.351)	(19.661)	(13.782)	(14.031)	-
Rede Básica	(5.271)	(807)	(23)	(57)	(611)
ESS	(18.280)	(18.799)	(2.411)	(3.036)	-
Proinfra	(113)	(165)	-	-	-
CCC	(1.336)	(1.309)	(734)	(747)	-
CDE	-	-	-	-	(68)
<b>Amortização CVAs</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(39.937)</b>	<b>(28.417)</b>	<b>(18.753)</b>
Rede Básica	-	-	(2.099)	(1.504)	(1.000)
CCC	-	-	(33)	(23)	(15)
ESS	-	-	(6.429)	(4.605)	(3.062)
RTE	-	-	(22.470)	(15.959)	(10.510)
<b>Custo aquisição energia CVA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.467)</b>	<b>(1.042)</b>	<b>(686)</b>
<b>Neutralidade Parc. A</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.440)</b>	<b>(5.284)</b>	<b>(3.480)</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>(67.350)</b>	<b>(40.741)</b>	<b>(56.886)</b>	<b>(46.288)</b>	<b>(19.433)</b>

Ativos / Passivos Reg. Líquidos	1T12	2T12	3T12	4T12	1T13
Ativos Regulatórios	134.205	143.697	163.385	158.492	191.096
Passivos Regulatórios	(67.350)	(40.741)	(56.886)	(46.288)	(19.433)
<b>Ativo Regulatório Líquido</b>	<b>66.854</b>	<b>102.956</b>	<b>106.499</b>	<b>112.205</b>	<b>171.663</b>

No 1T13, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1.912,3 milhões, 1,0% superior ao endividamento registrado ao final do 4T12, de R\$1.893,0 milhões.

### 5.1. PERFIL DA DÍVIDA

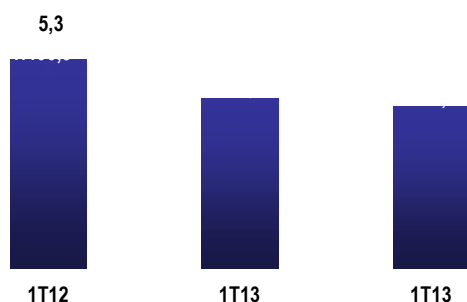
#### Situação da Dívida Bruta

Vencimento	1T13	%	Indexador	Custo Médio (a.a.)	Prazo Final Médio (mês/ano)	Prazo Médio (em anos)	Part. (%)
<b>Curto Prazo</b>	<b>408,0</b>	<b>21,3%</b>	CDI	9,0%	dez/13	0,8	4,8%
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.504,5</b>	<b>78,7%</b>	Pré Fixado (US\$)	1,4%	fev/39	26,2	28,5%
2014	6,6	0,3%	Libor	1,3%	abr/24	11,2	0,8%
2015	6,8	0,4%	<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>2,5%</b>		<b>22,3</b>	<b>34,1%</b>
2016	7,4	0,4%	TJLP	10,4%	set/15	2,5	0,1%
2017	8,9	0,5%	CDI	9,2%	out/13	0,6	16,3%
2018	7,8	0,4%	Pré fixado (R\$)	5,1%	fev/27	14,0	35,6%
2019	7,8	0,4%	RGR	7,0%	jun/23	10,4	4,0%
2020	7,8	0,4%	IGP-M	9,1%	set/34	21,8	9,8%
2021	26,0	1,4%	<b>Moeda Nacional</b>	<b>6,9%</b>		<b>11,6</b>	<b>65,9%</b>
2022	49,3	2,6%	<b>TOTAL</b>	<b>5,4%</b>		<b>15,3</b>	<b>100,0%</b>
2023	49,0	2,6%					
2024	49,9	2,6%					
2025	42,2	2,2%					
2026	24,0	1,3%					
2027	31,1	1,6%					
2028	191,7	10,0%					
2029	30,2	1,6%					
Após 2029	958,1	50,1%					
<b>TOTAL</b>	<b>1.912,6</b>	<b>100,0%</b>					

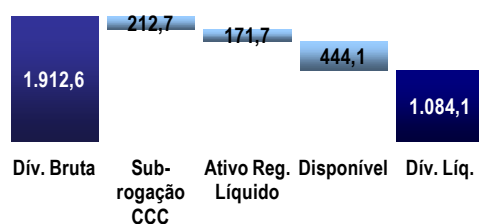
Após a reestruturação, entendemos que o perfil de vencimentos da Celpa é confortável, uma vez que apenas 21,3% (ou R\$ 408,0 milhões) vencem no curto prazo, volume inferior às disponibilidades de caixa que somavam R\$ 444,1 milhões no encerramento do 1T13, e 75,9% (ou R\$ 1.451,5 milhões) vencem apenas de 2021 em diante. O custo médio da dívida atualmente está em 5,4%, equivalente a 72% do CDI dos últimos 12 meses.

A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, atingiu o montante de R\$1.084,1 milhões no 1T13, queda de 4,7% na comparação com o encerramento do 1T12. Ao final do 1T13, não é possível calcular a relação dívida líquida / EBITDA uma vez que o EBITDA dos últimos 12 meses foi negativo.

Dívida Líquida (R\$MM) e Dívida Líquida/ EBITDA (Últ.12 meses)



Conciliação da Dívida Líquida (R\$MM)



## 6. INVESTIMENTOS

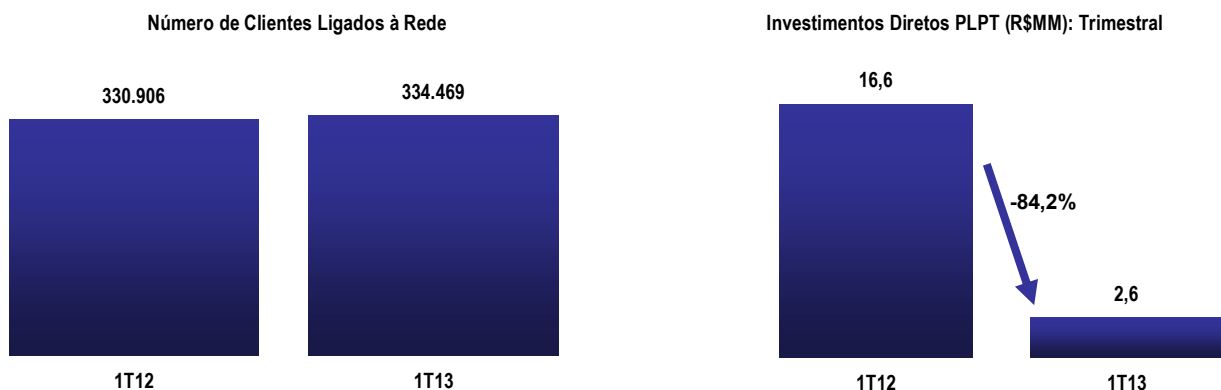
## 6.1. INVESTIMENTOS DA CELPA

Os investimentos da Celpa, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$83,3 milhões no 1T13, representando redução de 39,7% em relação ao 1T12.

	1T12	4T12	1T13	Var.
Manutenção da Rede	7,9	6,1	8,3	4,9%
Expansão da Rede	110,1	34,3	71,3	-35,2%
Interligação Sistemas Isolados	2,3	13,3	2,7	17,0%
Equipamentos e Sistemas	0,7	0,2	0,4	-49,4%
Outros	17,2	3,6	0,6	-96,6%
<b>Total</b>	<b>138,2</b>	<b>57,5</b>	<b>83,3</b>	<b>-39,7%</b>

## 6.2. INVESTIMENTOS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS (PLPT)

Ao final do 1T13, foi alcançada a marca de 334,5 mil clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica da Celpa através do PLPT, gerando um benefício direto a praticamente 1,7 milhão de habitantes no Estado do Pará. O PLPT já está presente em todos os 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados urbanos e para a geração de renda nestas localidades. Ao longo do 1T13, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais, fretes e serviços de terceiros, foi de R\$2,6 milhões.



## 7. EVENTOS SOCIETÁRIOS

### AUMENTO DE CAPITAL

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2013, foi parcialmente homologado o Aumento de Capital da Celpa mediante a emissão de 1.843.598.873 novas ações ordinárias, ao preço de R\$0,22 por ação.

Com a homologação do referido aumento de capital, a participação da Equatorial no capital total da Celpa passou a ser de 96,18%.

### SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE



A Companhia não contratou da Ernst & Young Terco, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e outros serviços relacionados por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

As informações não financeiras da Celpa e as relacionadas ao Programa Luz para Todos (PLPT), assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## RELAÇÕES COM INVESTIDORES

### **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima**

Diretor de Relações com Investidores

### **Thomas Newlands**

Relações com Investidores

Telefones: +0 XX (21) 3206-6635 / 6607

E-mail: [ri@celpa.com.br](mailto:ri@celpa.com.br)

Website: [www.celpa.com.br](http://www.celpa.com.br)

## AVISOS

As declarações sobre eventos futuros estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação às declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia.

### **Considerações acerca dos critérios contábeis:**

As informações estão apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), a partir das informações financeiras revisadas.

ANEXO 1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ mil)	1T12	4T12	1T13
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>782.555</b>	<b>914.617</b>	<b>737.835</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	637.341	813.911	639.346
Uso da Rede	4.581	6.092	4.268
Suprimento de Energia Elétrica	27.046	2.261	-
Receitas de Construção	109.551	87.180	88.052
Outras Receitas	4.036	5.174	6.169
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(241.125)</b>	<b>(277.482)</b>	<b>(207.727)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>541.430</b>	<b>637.135</b>	<b>530.108</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(384.671)</b>	<b>(436.668)</b>	<b>(419.550)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(244.179)	(308.602)	(311.486)
Encargo Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(30.941)	(40.885)	(20.012)
Custos de Construção	(109.551)	(87.180)	(88.052)
<b>CUSTO/DESPESA OPERACIONAL</b>	<b>(109.170)</b>	<b>(577.088)</b>	<b>(127.910)</b>
Pessoal	(38.284)	(47.932)	(34.817)
Material	(2.968)	(3.873)	(3.026)
Materia prima p/ produção de energia elétrica	(58.313)	(62.760)	(60.009)
Serviço de Terceiros	(58.947)	(127.305)	(67.142)
Provisões	6.989	(294.545)	(21.401)
Subvenção CCC	52.158	68.944	64.422
Outros	(9.804)	(109.615)	(5.936)
<b>EBITDA</b>	<b>47.589</b>	<b>(376.620)</b>	<b>(17.352)</b>
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.364)	(32.165)	(748)
Depreciação e Amortização	(34.606)	(35.659)	(31.150)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>10.619</b>	<b>(444.444)</b>	<b>(49.250)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(94.343)</b>	<b>46.872</b>	<b>(14.130)</b>
Receitas Financeiras	101.949	375.596	51.893
Despesas Financeiras	(196.292)	(328.724)	(66.024)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(83.724)</b>	<b>(397.573)</b>	<b>(63.381)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>(83.724)</b>	<b>(397.573)</b>	<b>(63.381)</b>
Diferido	(944)	135.361	6.773
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(84.668)</b>	<b>(262.212)</b>	<b>(56.608)</b>

ANEXO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (R\$ Mil)	1T12	4T12	1T13
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.305.208</b>	<b>1.318.101</b>	<b>1.418.528</b>
Disponibilidades e aplicações financeiras	209.645	431.889	444.125
Consumidores e Revendedores	691.667	547.969	443.984
Estoques	29.659	8.873	8.891
Impostos a Recuperar	52.534	45.275	58.877
Aquisição de combustível - conta CCC	159.720	153.394	195.722
Depósitos Judiciais	39.948	63.734	75.988
Serviços Prestados	78.740	38.965	38.480
Recuperação de custo de energia e encargos	-	-	105.014
Outros Créditos a Receber	43.295	28.002	47.447
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.230.678</b>	<b>3.200.661</b>	<b>3.169.693</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>906.693</b>	<b>815.028</b>	<b>848.622</b>
Consumidores e Revendedores	20.374	23.429	24.236
Partes relacionadas	116.687	-	-
Impostos a Recuperar	94.476	92.870	81.950
Depósitos Judiciais	26.505	20.612	31.577
Ativo Financeiro Indenizável	468.395	428.241	459.978
Sub-rogação da CCC	177.105	211.699	212.704
Outros Créditos a Receber	3.151	38.177	38.177
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.323.985</b>	<b>2.385.633</b>	<b>2.321.071</b>
Investimentos	7.801	7.315	7.268
Intangível	2.316.184	2.378.318	2.313.803
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.535.886</b>	<b>4.518.762</b>	<b>4.588.221</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)</b>	<b>1T12</b>	<b>4T12</b>	<b>1T13</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>2.706.207</b>	<b>1.351.611</b>	<b>1.451.266</b>
Fornecedores	568.060	391.385	556.913
Folha de Pagamento, Férias e Encargos	19.087	19.082	20.713
Dividendos a pagar	30.043	30.043	30.043
Tributos e Contribuições Sociais	472.556	229.823	179.750
Empréstimos e Financiamentos	1.170.888	400.022	408.041
Derivativos	71.526	248	4.958
Taxa de Iluminação Pública	8.781	20.650	13.333
Partes Relacionadas	-	50.252	53.802
Indenizações trabalhistas	111.982	232	20
Eficientização	25.685	37.840	40.680
Recuperação judicial	31.320	8.963	8.963
Outros	196.279	163.071	134.050
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.415.631</b>	<b>3.062.715</b>	<b>3.034.483</b>
Tributos e Contribuições Sociais	242.807	414.813	375.146
Créditos Fiscais Diferidos - IR/CSLL	93.692	-	2.760
Derivativos	40.457	-	-
Empréstimos e Financiamentos	683.607	1.492.962	1.504.539
Provisão para Contingências	62.146	239.322	260.983
Eficientização	52.449	55.636	56.549
Partes Relacionadas	178.622	252.968	246.815
Recuperação judicial	-	409.530	410.220
Outras contas a pagar	61.851	197.484	177.471
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>414.048</b>	<b>104.436</b>	<b>102.472</b>
Capital Social	518.932	518.932	518.932
Reservas de Lucro	-	-	(2.264)
Reservas de Reavaliação	347.668	284.814	276.959
Recursos Destinados Aum. Capital	-	350.983	405.592
Outros resultados abrangentes	(367.884)	(4.327)	(1.041.050)
Lucro/Prejuízo acumulados	(84.668)	(1.045.966)	(55.697)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.535.886</b>	<b>4.518.762</b>	<b>4.588.221</b>